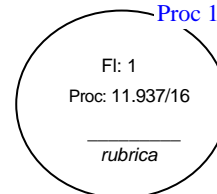




TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



Processo nº: 11.937/2016.

Jurisdicionada: Companhia Imobiliária de Brasília¹ (Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal) - TERRACAP.

Assunto: Auditoria de Regularidade.

Montante em Exame: R\$ 2.211.482.227,23

Ementa: Auditoria Programada. PGA-TCDF/2016 - Relatório de Auditoria de Regularidade. Fiscalização que tem por objeto verificar a legalidade e a regularidade dos atos praticados e das despesas relacionadas à gestão de pessoal, bem como examinar a adequação dos controles internos afetos a área. Análise do cumprimento Decisão. Não atendimento, na plenitude, das determinações emanadas. Avaliação da eficácia das medidas indicadas em futuro processo de auditoria. Adoção de providências complementares, tendentes a dar efetivo cumprimento à Decisão 3372/2017.

Brasília, 28 de fevereiro de 2018

Senhor Diretor,

Versa o presente processo sobre o resultado de auditoria de regularidade realizada na Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP (CNPJ nº 00.359.877/0001-73) com o objetivo de verificar a legalidade e a regularidade dos atos praticados e das despesas incorridas afetas à despesa com pessoal, bem como a adequação dos controles internos relacionados ao tema.

2. Aprecia-se nesta fase processual, o cumprimento das determinações emanadas pela Corte de Contas por meio da Decisão nº 3372/2017, excetuando os itens III, alínea “g”, e VI, pelos motivos a seguir apresentados.

3. Em relação ao item III, alínea “g”, a não apreciação do cumprimento da decisão em tela nestes autos decorre da determinação do Tribunal de que a análise de mérito do pedido reexame interposto pelo Sr. Girleno Marcelino da Costa seja processado em autos apartados, consoante item 2 da Decisão nº 5397/2017 (proc. 5510/2018).

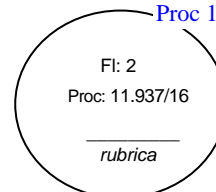
4. Por sua vez, as razões de justificativas apresentadas em atenção ao item VI da Decisão nº 3372/2017 serão apreciadas em autos apartados (processo 6983/2018), em razão do disposto no art. 5º da Resolução 271/2014, assim vazado, *verbis*:

Art. 5º A análise das alegações de defesa e de razões de justificativa oportunizadas deverá ser processada em autos apartados, sempre que a sua apreciação no processo

¹ Conforme Estatuto Social vigente.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



de auditoria ou de inspeção possa retardar as ações de controle necessárias à avaliação ou ao monitoramento do cumprimento da decisão.

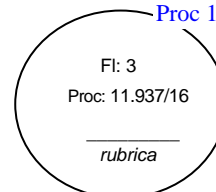
5. Assim, as análises afetas a presente Informação levaram em consideração as peças a seguir identificadas:

- Ofício nº 614/2017 – GAB/SEAGRI-DF (e-doc 6ED8EDA1);
- Ofício SEI-GDF nº 37/2017 – CGDF/SUBGI (e-doc 2EC38C9D);
- Ofício SEI-GDF nº 117/2017 – SEPLAG/GAB (e-doc ED50CBAF);
- Ofício SEI-GDF nº 24/2017 – CODEPLAN/PRESI/GAB (e-doc 3ADF7C6F);
- Ofício SEI-GDF nº 109/2017 – CGDF/GAB (e-doc 316E7538);
- Ofício SEI-GDF nº 2/2017 – CGDF/GAB/CGA (e-doc 1D47812C);
- Ofício SEI-GDF nº 237/2017 – SINESP/GAB/ASSESP (A0BE7A80);
- Ofício nº 766/2017 – GAB/RA XII (e-doc 384789A7);
- Ofício SEI-GDF nº 930/2017 – SES/GAB (e-doc 95761FB9);
- Ofício SEI-GDF nº 928/2017 – SES/GAB (e-doc 8EA3F996);
- Ofício SEI-GDF nº 981/2017 – SES/GAB (e-doc CDF7EC9D) e anexo constante do e-doc C20725BF;
- Ofício SEI-GDF nº 99/2017 – TERRACAP/PRESI/COINT (e-doc 68A9BDA5) e anexos constantes do e-doc B86D895E;
- Ofício nº 676/2017-GAB/SETUL (e-doc 4F277491);
- Ofício SEI-GDF nº 1586/2017 – SES/GAB (e-doc EC9B7323);
- Ofício SEI-GDF nº 18/2018 - TERRACAP/PRESI/COINT (e-doc 043828B4) e anexos constantes dos e-docs C5776C4B e A15B7DBF.
- Ofício SEI-GDF nº 1620/2017 – SEPLAG/GAB (e-doc 4C020B81) e anexos constantes dos e-docs E2F452C4 e 3E8256D7.

6. Cumpre salientar, preliminarmente, que a Terracap opôs embargos de declaração ao contido na alínea “a” do item III da mencionada Decisão, e-doc 88DBFBCB, tendo a Corte de Contas por meio do item II, da Decisão nº 4541/2017, dado provimento parcial aos embargos, sem conceder-lhes efeitos infringentes, para, *verbis*:

...esclarecer à Companhia Imobiliária de Brasília que os estudos de que trata o inciso III, alínea “a”, da Decisão nº 3.372/17 não devem considerar apenas a potencialidade de desequilíbrio decorrente da implementação dos acordos coletivos, contemplando, adicionalmente, as seguintes variáveis, sem prejuízo de outras que vierem a ser acrescidas pela jurisdicionada: situações patrimonial, orçamentária e financeira, atual e futura, da companhia; compromissos financeiros assumidos; planos de negócios e de investimentos; e variáveis econômicas aplicáveis;

7. Feitas as observações acima, passa-se a apreciação dos elementos informativos juntados aos autos em atenção à Decisão nº 3372/2017, observando que



para os fins pretendidos, a presente informação foi subdividida em tópicos tendo por referencial os destinatários da Decisão, os seus itens e alíneas a eles relacionados.

1 Terracap

8. As análises realizadas se pautaram nos esclarecimentos expedidos pela Controladoria Interna da empresa, que sintetizava as informações prestadas pelas diversas unidades internas acerca do que fora decidido pelo Tribunal.

1.1 Item II – “considerar irregulares as despesas resultantes do pagamento de funções comissionadas e cargos em comissão realizadas após 2010, dada a inviabilidade de aferição de sua regularidade em razão da não apresentação, pela empresa, dos atos de criação contemplando os quantitativos e remunerações, devendo o fato ser levado em consideração por ocasião da apreciação das respectivas prestações de contas anuais”

1.1.1 Providência

9. Sobre a decisão antes transcrita, a Estatal assim se pronunciou, *verbis* (e-doc 68A9BDA, pag. 2):

Conforme o Despacho nº 21785293/2017, a Coordenação de Planejamento e Modernização informou que a questão foi tratada no âmbito do Processo nº 111.000.852/2017 o qual aprovou a reestruturação da Empresa, inclusive, o quadro de cargos comissionados. Doravante a orientação é de que sempre que houver alteração seja quantitativa ou de valores das funções comissionadas a Terracap fará referência a nova tabela contemplando a totalidade dos cargos para manter o histórico das alterações:

1.1.2 Análise

10. A providência adotada pela empresa regulariza, a contar da vigência da reestruturação², a situação apurada pela Auditoria, bem como configura o cumprimento ao disposto ao contido na alínea “c” do item III da decisão nº 3372/2017, vazada nos seguintes termos:

c) adote providências necessárias à expedição de ato fixando os quantitativos e os valores das funções gratificadas e dos cargos comissionados existentes na empresa, observadas as normas de regência (vide item 2.3.1.1 do Relatório de Auditoria)

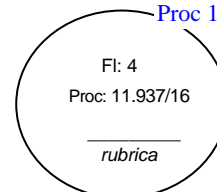
11. Destarte, as despesas realizadas entre 2010 e 01/09/2017 permanecem sem documentação hábil que viabilize a verificação de sua regularidade, pelo que mantém-se pertinente o deliberado pela Corte de Contas, no item II da Decisão 3372/2017.

1.2 Item III - “Determinar à Terracap que.”

1.2.1 Alínea “a”: “observe fielmente os princípios insculpidos no art. 37 da Constituição Federal e no art. 19 da Lei Orgânica do Distrito Federal, bem como os requisitos mencionados no inciso I da Decisão TCDF nº 5.537/06, por ocasião da pactuação de ACT, deixando consignadas em processo as razões de decidir, incluindo estudos que demonstrem que a aplicação do Acordo Coletivo não acarretará desequilíbrio orçamentário, econômico e, especialmente, financeiro da empresa (vide item 2.1.1.1 do Relatório de Auditoria)”

1.2.1.1 Providência

² 1/09/2017, conforme alínea “b” da Decisão do Conselho de Administração nº 18/2017, datada de 17/08/2017 – vide pag. 205 e-doc B86D895E



12. Sobre o contido na alínea em epígrafe, a Terracap informou, inicialmente, que o tema era objeto do Processo SEI 00111-00013958/2017-13 que trata da celebração do ACT 2017/2019 que, à época, ainda se encontrava em fase de aprovação (e-doc 68A9BDA, pag. 2).

13. Posteriormente, por meio do Ofício SEI-GDF nº 18/2018 - TERRACAP/PRESI/COINT (e-doc 043828B4), a Estatal enviou à Corte de Contas, cópias do Processo acima mencionado (e-doc C5776C4B).

1.2.1.2 Análise

14. Da leitura das peças enviadas não se vislumbrou a existência dos estudos “*que demonstrem que a aplicação do Acordo Coletivo não acarretará desequilíbrio orçamentário, econômico e, especialmente, financeiro da empresa*”, tal como requerido na Decisão em epígrafe, visto que a simples indicação de fluxos de caixa para o período de três meses (outubro a dezembro/2017)³ não permite que se alcance a conclusão demandada, especialmente pelo fato de o acordo em questão referir-se a um período de dois anos.

15. Mostra-se igualmente ineficaz para os fins pretendidos pela aludida Decisão, a simples indicação/comprovação de eventuais economias resultantes do novo pacto frente a anteriores, tal como teria sido contemplado no Voto do Diretor Administrativo e Financeiro ao tratar da economia estimada para 2018 e 2019 em razão do “*resultado do Acordo Coletivo proposto, frente ao Acordo Coletivo do biênio 2016-2017...*”, mas cujos valores, frisa-se, não constam da peça enviada, conforme se observa nas páginas 22/23 do e-doc C5776C4B.

16. Isso porque, a redução de despesa (em maior ou menor proporção) resultante de novas condições pactuadas nos ACTs, ainda que demonstre a existência de preocupação/diligência dos gestores e dos próprios trabalhadores em relação à situação da Companhia, não demonstra, por si só, que os termos acordados não acarretarão desequilíbrio às contas da empresa, quando analisadas frente aos cenários futuros (curto, médio e longo prazo) “vislumbrados” pela Direção da Estatal, em seus planos estratégicos, táticos e operacionais.

17. Sem prejuízo do antes colocado, cumpre salientar a presença na documentação enviada à Corte de Contas em atenção ao item III, “b” (e-doc A15B7DBF, pág. 4/20), do denominado “Plano de Recuperação – Terracap”, peça aprovada pela Diretoria Colegiada da Empresa em 03/05/2017, conforme Decisão nº 285, prolatada na Sessão nº 3148.

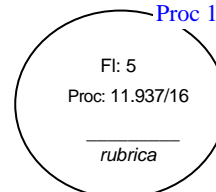
18. O aludido plano propunha como estratégia de recuperação da empresa, os seguintes princípios:

- Lançamento de novos empreendimentos;
- Redução das despesas administrativas;
- Recuperação da carteira de recebíveis.

³ Cujas estimativas eram de déficit financeiro da ordem de R\$ 113 milhões, podendo alcançar a R\$ 145 milhões se consideradas as despesas eventuais.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



19. No que tange à despesa com pessoal, objeto da auditoria cujos resultados ora se aprecia, cabe destacar que o Plano ao tratar do “*significativo aumento das despesas da companhia...*”, demonstrou que a empresa acumulou entre 2012 a 2016 um crescimento real⁴ de 53% nessas despesas, conforme se depreende dos dados presentes no gráfico plotado ao final da pág. 5 do citado e-doc. Esse crescimento foi fruto dos aumentos reais verificados entre 2012 a 2016 (9,5%, 10,3%, 14,4% e 10,7%).

20. Ainda sobre os aumentos dos dispêndios com pessoal, a Diretoria Financeira observou, *verbis*:

Há que se considerar, no período acima [2011 a 2016] a implantação do Plano de Empregos da Terracap, juntamente com a aplicação de uma nova tabela salarial, concedida pela gestão anterior, acarretando o aumento da aludida despesa, consoante exposto acima.

21. Em face da situação antes identificada e alinhado ao princípio de redução das despesas administrativas, o Plano apontou para adoção das seguintes “*ações de redução de despesas*” afetas à área de pessoal – itens 3.1 e 3.4 do Plano:

- Programa de Demissão Incentivada (redução de R\$ 26,26 milhões em 2017);
- Redução de 80% para 60% da remuneração dos cargos em comissão (redução de R\$ 4,67 milhões/ano)⁵;
- Reestruturação de Diretorias, com redução dos quantitativos de Empregos em Comissão e Funções Gratificadas (redução de R\$ 9,75 milhões)⁶;
- Revisão do Plano de Saúde (redução de R\$ 9,79 milhões/ano⁷);
- Fim das incorporações de funções⁸ (não estimado);
- Revisão da tabela de anuênios⁹ (não estimado);
- Revisão do Programa de Participação nos Resultados, condicionado à lucratividade da Terracap (não estimado)¹⁰;
- Revisão do seguro de vida (não estimado).

22. Em relação às medidas apontadas no Plano, observou-se que as pertinentes à redução dos anuênios e à vinculação da distribuição de resultados a existência de lucros pela empresa foram implementadas no ACT 2017/2019. Todavia,

⁴ Descontados os efeitos inflacionários (IPCA) e o crescimento vegetativo da folha de 3% a.a.

⁵ Medida foi aprovada somente em dezembro/2017 – Ata da 187ª AGE.

⁶ Medida aprovada com vigência a contar de setembro/2017 - Decisão do Conselho de Administração nº 18/2017, datada de 17/08/2017.

⁷ O contrato nº 27/2017, assinado em 28/03/2017, e que resultaria na referida redução de despesa foi rescindido unilateralmente pela Estatal em 30/11/2017 – Decisão Diretoria Colegiada nº 3798/2017 c/c Carta nº 0208/2017 – CPLIC – em face de inadimplemento pela contratada de obrigações contratuais (suspensão da prestação de assistência à saúde para os empregados).

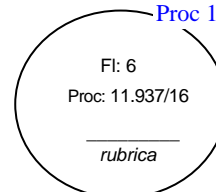
⁸ Medida não implementada a teor da Cláusula Oitava do ACT 2017/2019 (pág. 3/5, e-doc [C5776C4B](#))

⁹ Medida adotada a teor do contido na Cláusula Nona do citado ACT 2017/2019.

¹⁰ Medida adotada consoante Cláusula Décima Primeira do ACT 2017/2019.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



foram mantidas as Incorporações das Funções, em que pese a indicação pela sua extinção.

23. Assim, considerando tão somente o conteúdo das peças enviadas ao Tribunal para apreciação, conclui-se, no que se refere aos estudos preconizados pelo Tribunal, que a determinação da Corte de Contas não teria sido levada a efeito em sua plenitude, por ocasião da pactuação do ACT 2017/2019.

24. No que tange a observância aos princípios aplicáveis à Administração Pública previstos na Constituição Federal e na Lei Orgânica do DF, cabe observar que da leitura procedida no ACT 2017/2019, observou-se a existência de cláusulas assemelhadas àquelas destacadas no item 2.1.1.1 do Relatório Final de Auditoria, a exemplo da Cláusula Oitava, que versa sobre a incorporação de função de confiança; Cláusula Décima Sétima, que trata do Plano de Saúde; Cláusula Décima Primeira, que refere-se ao PPR – no presente caso, no que se refere a ausência de regulamentação de parte do GDF do art. 5º da Lei 10.101/2000; Cláusula Décima Terceira, no que tange a concessão do “bônus” natalino com auxílio alimentação; Cláusula Décima Segunda, que trata da ajuda de custo aos empregados executores de contratos/convênios; Cláusula Quadragésima Quarta, que autoriza a liberação de dois empregados à ASTER, sem ônus e sem prejuízo da remuneração e benefícios, bem como a liberação adicional – em relação ao ACT anterior – de um empregado, também sem ônus e com remuneração integral e benefícios, ao Sindicato da Categoria.

25. Desta feita, à vista das considerações antes oferecidas, conclui-se pelo não cumprimento integral da determinação em tela, também no que se refere a observância aos princípios aplicáveis à Administração Pública.

26. Por fim, considerando que pende de apreciação as razões de justificativas oferecidas em atendimento ao item VI, alínea “a” da Decisão nº 3372/2017, deixa-se nesta oportunidade de apresentar proposição complementar, ante a possibilidade do entendimento da Corte de Contas vir a ser modificado em razão dos esclarecimentos oferecidos.

1.2.2 Alínea “b”: *“promova, em relação à todos os ocupantes de cargos e funções na empresa, a aferição preconizada pelo Decreto nº 33.564/12, adotando tal procedimento como rotina de trabalho a ser observada a cada ocorrência prevista no § 1º do art. 1º da citada norma (vide item 2.2.1.1 do Relatório de Auditoria)”*

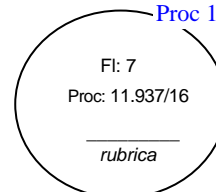
1.2.3 Providência

27. Sobre o tema, e em particular sobre os membros da Direção e dos Conselhos de Administração e Fiscal, a Assessoria Executiva reafirma¹¹ que vem observando as disposições estatutárias, bem ainda, os requisitos da Lei nº 6.404/1976, ao tempo em que destaca que a empresa *“deve promover a adequação de seu Estatuto Social com fito de atender a Lei nº 13.303/2016, em especial aos artigos...”* 9º, § 3º - que versa sobre a vinculação da Auditoria Interna ao Conselho de Administração, diretamente ou por meio do Comitê de Auditoria Estatuário - e 10 – que preconiza, no âmbito das empresas públicas e sociedades de economia mista, a criação do referido Comitê, que deverá verificar a conformidade do processo de indicação e de avaliação de

¹¹ Essa informação foi prestada em resposta a análise preliminar do Relatório de Auditoria.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



membros para os Conselhos de Administração e Fiscal, com competência para auxiliar o acionista controlador nessas indicações. (Pág. 3/4 do e-doc 68A9BDA5)

28. No que tange aos empregados, a Gerência de Pessoal (e-doc 68A9BDA5, pág. 4) a par de ratificar seu entendimento já externado nestes autos acerca da obrigação funcional do empregado de notificar a empresa qualquer fato que resulte em alteração cadastral, informou, *verbis*:

De toda forma, em atendimento a recomendação do egrégio Tribunal de Contas do Distrito Federal, estamos perscrutando sobre o tema e trabalhando em uma elaboração de minuta de um regramento interno, mediante instituição de Instrução de Serviço, no âmbito da Diretoria de Gestão Administrativa e de Pessoas, a visar no escopo central de implantar regra e fluxo de rotina específica a matéria, determinando que, nos casos de qualquer contratação e designação de empregado em qualquer emprego, tanto da Tabela de Emprego Permanente e da Tabela de Emprego em Comissão, inclusive nos casos de posse de conselheiros eleitos, bem como nos casos de solicitações de substituição de empregado, os pedidos já deverão vir acompanhados das certidões elencadas no Artigo 32, do Decreto nº 33.564/2012.

1.2.3.1 Análise

29. Como visto, as providências indicadas remetem para ações futuras, motivo pelo qual deixa-se, nesta oportunidade, de considerar cumprida a determinação da Corte de Contas, observando, todavia, que a eficácia das medidas noticiadas pela Terracap poderá ser avaliada em futuras fiscalizações, de modo que deixa-se de propor medida complementar.

1.2.4 Alínea “c”: *“adote providências necessárias à expedição de ato fixando os quantitativos e os valores das funções gratificadas e dos cargos comissionados existentes na empresa, observadas as normas de regência (vide item 2.3.1.1 do Relatório de Auditoria)”*

30. Conforme relatado anteriormente – vide item 1.1.2 desta Informação – a empresa ao reestruturar-se administrativamente fixou os quantitativos e a remuneração de seus cargos comissionados e funções gratificadas, dando assim cumprimento à decisão em referência.

1.2.5 Alínea “d”: *“expeça ato aprovando tabela consolidada a cada alteração promovida nos quadros de funções e empregos em comissão, de modo a evitar a perda de memória institucional e eventual prática de ato sem a respectiva regulamentação (vide item 2.3.1.1 do Relatório de Auditoria)”*

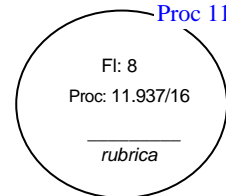
1.2.5.1 Providência e Análise

31. A providência acima transcrita restou demonstrada na documentação afeta à reestruturação referida no tópico anterior, o que não impede a Corte de Contas, em futuras fiscalizações, de avaliar a continuidade dessa boa e necessária prática.

1.2.6 Alínea “e”: *“aplique de imediato a regra inserta no item 3 da E.M. 001/90, objeto de aprovação da 78ª AGE [aplicação do percentual de 20% a título de opção, para os diretores com vínculos com o serviço público], até que a Assembleia Geral de Acionistas delibere em sentido contrário, tendo em vista que o CONAD não possui competência legal para regulamentar a remuneração de Diretores, como o fez por ocasião da Decisão nº 24/11 (vide item 2.3.1.2 do Relatório de Auditoria)”*

Alínea “f”: *“adote, em face da alínea anterior, providências no sentido de buscar o ressarcimento dos valores pagos indevidamente, com observância do direito ao contraditório e à ampla defesa dos agentes alcançados, caso tais dispêndios não venham a ser convalidados pela Assembleia de Acionistas (vide item 2.3.1.2 do Relatório de Auditoria)”*

1.2.6.1 Providência



32. Inicialmente, a Terracap informou que os temas eram objeto do Processo SEI 111.000.11193/2017, o qual aguardava deliberação em Assembleia. (págs. 4/5 do e-doc 68A9BDA5). Posteriormente enviou cópias eletrônicas do referido Processo Administrativo (ver e-doc A15B7DBF), contemplando, entre outros documentos, cópia da Ata da 187ª Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas, onde restou aprovada com base no voto do Acionista Majoritário a “Redução de 80% para 60% na opção de remuneração do valor de honorário de Diretor Requisitado e Emprego em Comissão (Proc. nº 00111-00011193/2017-79)”, “... tendo em vista a economia de recursos gerada com a medida, que vai ao encontro da necessidade premente de redução de custos da empresa, especialmente no que tange às despesas de pessoal”. (grifou-se)

1.2.6.2 Análise

33. Sobre a aludida decisão cabe ponderar dois aspectos, **que descaracterizam o cumprimento**, pela Terracap, da Decisão Plenária, quais sejam:

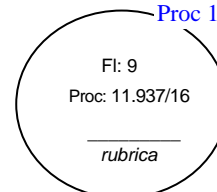
1) o fato de a assembleia de acionistas da Terracap, comprovadamente, **NUNCA** ter autorizado/fixado o valor da opção em 80%, consoante fartamente demonstrado no Relatório de Auditoria, motivo pelo qual a decisão prolatada na ata antes indicadas ao tratar da “Redução de 80% para 60% o valor da opção para a remuneração do valor de honorário de Diretor Requisitado...” (grifou-se) **autorizou**, na prática, **a majoração da opção de 20% para 60%**, sob o argumento de estaria buscando economia para empresa, logo em flagrante oposição à motivação do referido ato. Assim, considerando a discrepância entre o resultado pretendido e o que será alcançado, têm-se que a deliberação foi tomada com flagrante desvio de finalidade, portanto eivado de vício insanável.

2) a decisão em tela, com base em seus exatos termos e em seus fundamentos, não objetivou convalidar a decisão nº 24/2011 (e-doc 3759A47E) do CONAD, dada a completa ausência de expressa referência a tal propósito. O ato de convalidação deve explicitar, para fins de eficácia, os seus alcances não sendo admitida “a convalidação implícita”, como, ao que parece, buscou-se fazer.

34. De notar, inclusive, que a proposta de “Redução” se deu “em aderência com o plano de recuperação da empresa, e em isonomia ao que já foi aplicado aos empregados”, e não, especificamente, em face da ilegalidade apontada pela Corte de Contas, ainda que a Decisão do Tribunal tenha sido mencionada como uma das razões de decidir pelo Relator da Matéria na Diretoria Colegiada, que a submeteu à consideração da AGE (vide Decisão Diretoria Colegiada nº 528 - e-doc A15B7DBF).

35. Desta feita, tem-se por descumpridas as deliberações em epígrafe, bem ainda, ineficaz a deliberação da Assembleia relativamente a alteração do percentual de opção aplicável aos Dirigentes requisitados da Terracap, na medida que diversamente da motivação declarada, culminou em majoração do valor anteriormente autorizado pela própria Assembleia.

1.2.7 Item “g”: “proceda ao reenquadramento do empregado Matrícula 2444 na tabela especial para os advogados, levando em consideração, exclusivamente, o seu tempo de serviço como Advogado e, por conseguinte, adote providências visando ao ressarcimento dos valores pagos indevidamente, sem prejuízo de e-DOC B12FA5A4-e Proc 11937/2016-e Documento assinado digitalmente. Para verificar as assinaturas, acesse www.tc.df.gov.br/autenticidade e informe o edoc B12FA5A4 garantir o direito ao contraditório e à ampla defesa (vide item 2.3.1.3 do Relatório de Auditoria)”



1.2.7.1 Análise

36. Conforme noticiado no § 3º desta Informação, a decisão em referência encontra-se com seus efeitos suspensos pela Decisão nº 5397/2017, que determinou, ainda, que a matéria fosse tratada em autos apartados (proc. 5510/2018), conforme item II.2.

37. Desta feita, o item em apreço não será abordado neste feito.

1.2.8 Item “h”: *“proceda à imediata regularização dos cálculos do ATS dos empregados de Matrícula 931, 1125 e 2153, a contar de janeiro/2014, outubro/2014 e novembro/2013, respectivamente, tendo em vista os afastamentos decorrentes de invalidez temporária e licença sem vencimento, observando a necessária restituição dos valores pagos indevidamente e o indispensável direito de defesa dos empregados mencionados (vide item 2.3.1.4 do Relatório de Auditoria)”*

1.2.8.1 Providência

38. Sobre a decisão em tela, a Terracap informou (e-doc 68A9BDA5, pág. 7) que cientificou os empregados de matrícula nºs 931, 1125 e 2153 que estaria procedendo, a partir de outubro/2017, *“os ajustes necessários a fim de regularizar o cálculo do Adicional de Tempo de Serviço – ATS, bem como procederá com o ressarcimento dos valores pagos indevidamente aos cofres da empresa, com o devido desconto junto ao pagamento salarial mensal dos respectivos empregados...”* não sem antes dar-lhes a oportunidade do exercício da *“ampla defesa e direito ao contraditório...”*.

1.2.8.2 Análise

39. Não há menções no expediente enviado posteriormente pela empresa, acerca do resultado da providência antes referida, cuja avaliação da efetividade poderá ser realizada em futura auditoria.

1.2.9 Item “i”: *“realize a revisão dos certificados de cursos apresentados para fins de progressão funcional, efetuando, caso necessários, os ajustes no enquadramento dos empregados na estrutura remuneratória da entidade e a consequente devolução dos valores percebidos indevidamente, inclusive nas progressões funcionais ou adicional de merecimento sênior, observado o direito de defesa (vide item 2.3.1.5 do Relatório de Auditoria)”*

1.2.9.1 Providência

40. Em atenção à decisão em epígrafe, a estatal informou (e-doc 68A9BDA5, págs. 7/8), por meio da Gerência de RH, que

“...juntamente com o seu Núcleo de Desenvolvimento de Recursos Humanos estão trabalhando nas alterações devidas da Norma Organizacional que trata da matéria, especificamente no tocante a realização de cursos por partes de empregados da Tabela de Empregos Permanentes da Terracap - TEP/TERRACAP, relativamente a comprovação de carga horária de cursos e/ou participações de eventos exigidos para suas respectivas Classes de grupo de empregos, para fins de Progresso Funcional por Merecimento e nos casos de Adicional de Merecimento Sênior, ao bom e eficiente ajuste no enquadramento dos empregos na estrutura remuneratória do Plano de Empregos, Carreiras e Salários — PECS, inclusive no objetivo de se evitar possíveis inconsistência e impropriedade nas efetivas cargas horárias das realizações de cursos e/ou participações de eventos.” (grifou-se).

41. No que tange especificamente à revisão dos certificados objeto da aludida Decisão destacam-se as seguintes passagens da manifestação da área jurídica (e-doc 68A9BDA5, págs. 8):



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Fl: 10
Proc: 11.937/16

rubrica

"...que a problemática suscitada pela instrução quanto a aparente incompatibilidade entre a carga horária comprovada pelos certificados e o período de realização dos cursos, embora relevante para o processo de revisão futura do normativo interno aplicável a progressão por merecimento, não comporta, todavia, providência quanto aos certificados já homologados sob a norma em vigor.

Isso porque, não tendo sido apontada qualquer ilegalidade do ato normativo, resta patente que a responsabilidade pela declaração do quantitativo de horas cursadas recai exclusivamente sobre a instituição que emite os certificados, e não sobre a TERRACAP, ou mesmo sobre o empregado beneficiado com a progressão por merecimento.

Destarte, em se tratando de instituição idônea, não há como a entidade empregadora impugnar a comprovação de carga horária emitida com comprovação de autenticidade pela referida instituição e apresentada pelo empregado em estrita conformidade com os requisitos regulamentares aplicáveis a espécie.

Já no que tange à alegada ausência de correlação entre os cursos aceitos e as áreas de interesse da TERRACAP, em que pese a discordância do Relatório de Auditoria com a interpretação conferida pela unidade de recursos humanos da TERRACAP à Norma Organizacional em comento, importa salientar que, à míngua de vício de legalidade, é defeso à Administração aplicar nova interpretação de forma retroativa, ex vi do artigo 2º, inciso XIII, da Lei nº 9.784/1999, em letras:

XIII - interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, vedada aplicação retroativa de nova interpretação.

Logo, resta inviável o desfazimento dos atos de homologação apenas com base em divergência interpretativa do termo "aperfeiçoamento", já que nem mesmo a unidade técnica desta Egrégia Corte de Contas cogitou nulidade da norma em apreço.

Por via de consequência, a TERRACAP considera que a medida mais adequada para prevenir as incongruências apontadas por esta Corte de Contas é a reformulação da Norma Organizacional referente às certificações para fins de progressão funcional, a qual já se encontra em processo de revisão conforme será relatado mais adiante, com necessária aplicação pro futuro pelas razões já expostas, requerendo seja considerada prejudicada a determinação inserta no item II, "g", da Decisão nº 3372/2017.

1.2.9.2 Análise

42. Sobre a afirmação do jurídico de que não havendo ilegalidade no ato normativo da Terracap, não restaria responsabilidade à estatal relativamente às cargas horárias constantes dos certificados, cabe observar que a idoneidade dos documentos aceitos pela empresa poderia ter sido questionada (e foi, pela auditoria), com base, tão somente, na constatação aritmética¹² da impossibilidade de os cursos terem sido concluídos nos prazos informados, considerando as horas/dias disponíveis (deduzidas horas de trabalho e descanso) para este *mister*.

43. Neste sentido, pautou-se os achados indicados nas alíneas "a" e "b" do item 2.3.1.5.2 do Relatório Final de Auditoria.

44. Assim, tem-se como pertinente a justificativa antes transcrita, apenas para as situações indicadas no item "d" do referido Relatório.

45. No que tange ao argumento apresentado pela empresa para não revisar a aceitação de cursos sem qualquer correlação com as áreas de atuação da empresa, qual seja, a impossibilidade de *"desfazimento dos atos de homologação com base em divergência interpretativa do termo "aperfeiçoamento..."*, tendo por fundamento os

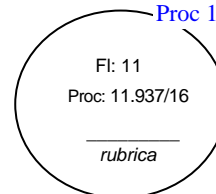
¹² Carga horária do curso/ qtd. horas observada entre início e conclusão do curso (dados extraídos dos certificados).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



termos do inciso XIII, art. 2º da Lei Federal nº 9784/1999¹³, faz-se necessário destacar o fato de a Terracap ao “interpretar” sua norma interna na forma apontada na Auditoria inobservou o que consta da parte inicial do citado inciso XIII, do art. 2º¹⁴, na medida em que a interpretação dada, a toda prova, não garantiu o melhor atendimento do fim público, posto que claramente contrário aos princípios da finalidade, da razoabilidade, do interesse público, da eficiência e, porque não dizer, da moralidade, previstos no *caput* do mencionado art. 2º, cuja observância é cogente.

46. Neste sentido, veja o que previa a Norma interna (7.2.27-B), em seu item 4.2.1, alínea “e”:

e. apresentar certificado de capacitação profissional em cursos de extensão e/ou aperfeiçoamento (cursos, congressos, seminários, encontros, palestras, simpósios, ciclo de debates, fóruns, jornadas etc.), com prazo de conclusão nos últimos 36 (trinta e seis) meses imediatamente anteriores à Progressão Funcional por Merecimento, em áreas de conhecimento correlatas às de atuação ou em áreas de interesse da Terracap (conhecimentos correlatos aos empregos de Nível Superior da TEP), devendo o candidato à progressão somar o número mínimo de horas/aula, dependendo do enquadramento da Classe Salarial do emprego, conforme tabela abaixo: (grifou-se)

47. Aceitar os certificados indicados no item “c”, do item 2.3.1.5.2 do Relatório Final de Auditoria como correlato às atuações dos empregados ou de interesse da empresa, notadamente quando esses sequer atuam em áreas em que tais conhecimentos sejam requeridos/desejados, é, a toda prova, desvirtuar o processo de promoção por merecimento, cujo objetivo seria motivar o empregado a se manter qualificado para o desempenho de suas obrigações funcionais, tal como enfatizado no item 2.3.1.5.4 do referido Relatório de Auditoria.

48. Ainda sobre a decisão em epígrafe, cabe destacar que a empresa nada informou em relação aos apontamentos contidos nas alíneas “e”, “f” e “g” do Relatório antes mencionado.

49. De todo o exposto, conclui-se que a Terracap não deu efetivo cumprimento ao que lhe fora determinado pela Corte de Contas.

1.2.10 Alínea “j”: *“estabelecer em normas internas controles e critérios razoáveis para avaliação e aceitação de certificados de cursos, como exemplo os estabelecidos na Resolução TCDF nº 242/12 (vide item 2.3.1.5 do Relatório de Auditoria)”*

1.2.10.1 Providência

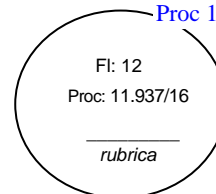
50. Em atenção à deliberação antes transcrita, a Terracap informou (pág. 8 do e-doc 68A9BDA5) que a Gerência de RH da Companhia teria demandado ao seu Núcleo de Desenvolvimento de Recursos Humanos – NUDEN, providências “*visando às adequações ora estabelecidas pelo egrégio Tribunal de Contas do Distrito Federal, bem como envide esforços urgentes no sentido de adotar ações e medidas mais efetivas e eficazes acerca da matéria...*”

¹³ Aplicável ao GDF por força da Lei nº 2834/2001.

¹⁴ Art. 2º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

...

XIII - interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, vedada aplicação retroativa de nova interpretação. (Grifou-se)



1.2.10.2 Análise

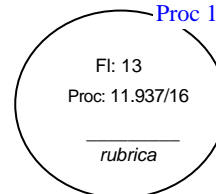
51. Os resultados das medidas antes indicadas não foram enviadas ao TCDF, mas poderão ser objeto de avaliação quanto a sua efetividade em futuro processo de fiscalização.

1.2.11 Alínea “k”: *“em face da natureza erga omnes e o efeito vinculante da deliberação proferida pelo e. STF no RE 376.440, imponente a extinção dos empregos em comissão – EC 07, 08 e 09, tendo em vista a declaração de inconstitucionalidade da Lei nº 2.583/00 pela Corte Suprema (vide item 2.3.1.7 do Relatório de Auditoria)”.*

52. Sobre a decisão em referência, a Terracap, por meio de seu Controle Interno destacou (págs. 8/14 do e-doc 68A9BDA5) excertos do Despacho nº 3415309/2017 da ACJUR (unidade jurídica da empresa), dos quais ressaltam-se os seguintes pontos.

- a afirmação de que a Terracap não foi parte da ação que resultou na declaração de inconstitucionalidade da Lei nº 2.583/2000 e que não foi comunicada do seu resultado, consoante registros processuais constantes do sítio do STF e sistema de gestão de documentos da empresa;
- a menção de a ADI 2000.00.2.005016-7 ter sido proposta pela OAB/DF em desfavor do Governador do DF e do Presidente da CLDF, sem envolver a Terracap ou a Novacap;
- a indicação de que por meio da Decisão nº 1294 da Diretoria Colegiada cujo conteúdo fora ratificado pela Decisão nº 50 do Conselho de Administração, a empresa em observância à Lei 2.853/2000 criou os cargos em comissão visando contratar os empregados referidos no citado disposto legal;
- a colação, para fins de consideração na análise da Corte de Contas, do teor do Acórdão¹⁵ proferido pelo TST na ação civil pública nº 2570-09.2010.5.10.000, de onde foram destacadas as seguintes passagens:
 - **“CONTRATAÇÃO DE PESSOAL. EMPREGO EM COMISSAO (CHEFIA, ASSESSORAMENTO E DIRECAO). PREVISAO EM LEI ESPECIFICA. DESNECESSIDADE.”**
 - **“1. Consoante o art. 37, II e V, da Constituição da República, é permitida a contratação, sem concurso público, para o preenchimento de cargos em comissão destinados as atribuições de direção, chefia e assessoramento no âmbito da administração pública.”**
 - **“4. Da exegese do referido dispositivo, depreende-se que o constituinte limitou a exigência de previa autorização legal para a criação de cargos e empregos públicos, no Poder Executivo, a Administração direta e autárquica. Desse modo, conclui-se que a edição de lei para a criação de empregos**

¹⁵ RR - 2570-09.2010.5.10.0000, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, Data de Julgamento: 05/10/2016, 12Turma, Data de Publicação: DEJT 14/10/2016.

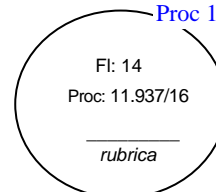


públicos é dispensável para as contratações nos entes da Administração indireta.”

- “7. Na espécie, da leitura do acórdão regional, **não se infere que os empregados comissionados desempenhem, na TERRACAP atribuições que não sejam de direção, chefia e assessoramento.”**
- a conclusão de que a declaração de inconstitucionalidade da Lei nº 2.583/2000 tornou-se irrelevante na medida em que os ocupantes há muito estão enquadrados na tabela de emprego em comissão da empresa, cuja criação e manutenção dispensa autorização legislativa, nos moldes explicitados pelo TST no Acórdão antes referido.
- a informação de que em 2017 os empregados originários dos convênios 51/1991 e 07/1992 ingressaram com reclamações trabalhistas contra a empresa, requerendo:
 - a condenação da Reclamada, a convalidação das suas contratações e que sejam incluídos na TEP - Tabela de Empregados Permanente da Terracap com data retroativa a sua contratação originária com os reflexos no FGTS, INSS, anuênios, férias, etc.
 - a condenação da Reclamada ao pagamento das verbas postuladas, acrescidas de juros legais e correção monetária, bem como a suportar o ônus dos recolhimentos fiscais e previdenciários, observado o contido na Súmula 368, inciso III, do C. Tribunal Superior do Trabalho.
- a notícia de que em relação aos pleitos acima indicados a empresa requereu em juízo que fossem julgados improcedentes, ao tempo em que ofereceu acordo nos termos da decisão da Diretoria Colegiada nº 479/2015 e do Despacho 374/2017 – GEREH, que teve por base os acordos oferecidos nos TAC firmados entre o MPT e a CEB e CAESB, que, por sua vez, considerou os parâmetros fixados pelo STF no RE 442.683-RS c/c MS nº 22.357-0.
- a indicação de que o aludido acordo não comportaria pagamentos retroativos e de que seu andamento foi suspenso a pedido do MPT até o julgamento definitivo da ação civil pública nº 2570-09.2010.5.10.0000, em face da existência de relação de prejudicialidade entre a ação e as reclamações trabalhistas, tendo o magistrado responsável pela homologação rejeitado a prejudicialidade e o acordo, esse último por violar de forma direta o disposto no art. 37, II da C.F., e, também, em face do efeito *erga omnes* da ação civil pública proposta pelo MPT. A ação judicial encontra-se em sede de recurso no TST.
- a conclusão final de que *“a condução da questão foi pautada nos princípios da Administração Pública e nas decisões judiciais efetivamente comunicadas a Terracap, como é o caso da ação civil pública nº 2570-09.2010.5.10.0000, além de ser temerária a adoção de*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



quaisquer providências em relação aos ocupantes dos ECs 07 a 09 enquanto perdurar o litígio referente ao seu enquadramento nos quadros daquela empresa pública."

1.2.11.1 Análise

53. Como se pode observar, os esclarecimentos oferecidos pela área jurídica da empresa visam justificar o não cumprimento, pela Terracap, do que lhe fora determinado pelo TCDF.

54. Todavia, cabe tecer algumas considerações acerca desses esclarecimentos, particularmente no que alcança os empregados ocupantes dos "cargos" comissionados objeto da decisão em epígrafe.

55. Em primeiro lugar cabe destacar que o vício identificado pelo STF e que culminou na declaração de inconstitucionalidade da Lei nº 2.583/2000, foi "a criação de cargos em comissão para funções rotineiras da Administração Pública" (grifou-se), consoante se observa na leitura da conclusão do Ministro Dias Tóffoli¹⁶ sobre os aludidos cargos, *verbis*:

O Anexo à Lei traz a descrição dos cargos então criados, e mera leitura de seus termos permite concluir que a quase totalidade desses se refere a funções simples, que não precisam ser desempenhadas por quem exerce cargo em comissão, cuja criação, como se sabe, apenas se justifica em hipótese de funções de confiança, com a indispensável demonstração de que as atribuições do cargo sejam adequadas ao provimento em comissão, que pressupõe a relação de necessária confiança entre a autoridade nomeante e o servidor nomeado e justifica o regime de livre nomeação e exoneração.

A jurisprudência desta Corte, mesmo ainda na vigência da Constituição Federal de 1967, repudiava a criação de cargos em comissão para preenchimento de funções em carreiras em que não respeitados esses requisitos supra referidos...

...

Em hipóteses como a presente, ora em discussão nestes autos, em que ocorre criação de cargos em comissão, para o desempenho de atividades rotineiras da Administração, em que inexistente o necessário requisito da confiança para sua nomeação, tem entendido a jurisprudência desta Corte ser possível a interferência judicial, para sanar uma situação de ilegalidade, verificada pela edição de uma tal legislação.

Cuidando especificamente do comissionamento, assevera Adílson Abreu Dallari que "é inconstitucional a lei que criar cargo em comissão para o exercício de funções técnicas, burocráticas ou operacionais, de natureza puramente profissional, fora dos níveis de direção, chefia e assessoramento superior" ("Regime constitucional dos servidores públicos", Editora RT, 2ª edição, p. 41).

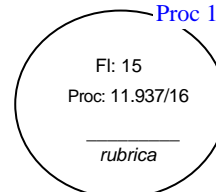
De igual teor se mostra a lição de Ivan Barbosa Rigolin, para quem, cargos de atribuições administrativas, operacionais ou técnicas que não podem ser providos na forma comissionada, tais como: "cargos que tenham funções de artífices, braçais, faxineiros, vigilantes, motoristas, escriturários, auxiliares de serviço, digitadores, médicos, dentistas, advogados, engenheiros, arquitetos, contadores, economistas, administradores, e inumeráveis outros que não dependam senão de formação específica, regulamentada ou não" ("O servidor público nas reformas constitucionais", Editora Fórum, 2003, p. 30).

Assim, mostra-se inegavelmente inconstitucional o diploma legal aqui em análise, ao criar cargos em comissão para funções que não pressupõem a necessária relação de confiança entre a autoridade nomeante e o servidor nomeado, e ao impor que seu preenchimento

¹⁶ Excertos extraídos do texto da Decisão exarada no autos de Embargos de Declaração contidas em Agravo Regimental 376440 DF. Original aqui.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



deveria recair sobre determinada classe de ex-servidores da Novacap, por violação expressa às normas do artigo 37, incisos I, II e V, da Constituição Federal.

...

Ante o exposto, nos termos do artigo 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, conheço do recurso e lhe dou provimento, para julgar a ação procedente, declarando a inconstitucionalidade da Lei nº 2.583/2000, do Distrito Federal. (grifos não presentes no original)

56. Como já demonstrado nos autos e afirmado pela própria estatal, os “cargos” (empregos em comissão) objeto da Decisão Plenária foram criados em cumprimento a lei declarada inconstitucional, pelo que deveriam ter sido extintos em atenção à Decisão Judicial.

57. Necessário observar, neste aspecto, que ações diretas de inconstitucionalidade são, por natureza, ações objetivas, o que invalida a reclamação da Terracap de não ter sido “parte” no processo judicial respectivo.

58. Ademais, ainda que se aprecie a criação dos empregos em comissão em comento sob o ponto de vista estritamente administrativo, portanto sem considerar a própria existência da Lei julgada inconstitucional, tal como pugna a Terracap, a situação aqui tratada não alcançaria conclusão diversa daquela indicada pelo Poder Judiciário, vez que a Decisão nº 1294 da Diretoria Colegiada, posteriormente ratificada pela Decisão nº 50 do CONAD, como também, a Resolução 18/2017, que aprovou a reestruturação administrativa da Terracap¹⁷, criaram os empregos comissionados objeto da presente deliberação plenária sem observância à regra constitucional preconizada no art. 37 inciso II c/c inciso V *in fine*.

59. Esta afirmativa pode ser facilmente comprovada não só pela leitura dos referidos atos, mas da própria intitulação dos “EC”¹⁸, que demonstra não se tratarem os empregos comissionados ali referidos, “cargos” de direção, de chefia ou de assessoramento, condição *sine qua non* à caracterização do “cargo” de livre provimento, previsto na Constituição Federal.

60. Ressalta-se, inclusive, que os empregos em comissão referidos nos atos administrativos antes mencionados sequer estão vinculados a qualquer unidade da estrutura administrativa da empresa, reforçando a ilegalidade aqui mencionada.

61. O tratamento díspare pode ser evidenciado pela simples leitura da tabela do Anexo I do referido e-doc (pág. 43/52), onde os postos de “Assistentes” são considerados como **funções gratificadas**, portanto, acessíveis apenas aos empregados ocupantes de cargos efetivos, diferentemente do observado em relação aos mesmos postos contemplados na tabela constante do Anexo II já referido.

62. Essa ilegalidade, inclusive, restou demonstrada no Relatório Final de Auditoria – item 2.3.1.7.3 – que apontou que a Terracap ao criar tais empregos em referência sequer lhes estabeleceu atribuições e responsabilidades, fato igualmente observado no ato de reestruturação antes referido.

¹⁷ Consoante se depreende da leitura do “Quadro de Funções (Lei nº 2.583/2000)”, pág. 53 do e-doc B86D895E e referências nas peças insertas nas páginas 165 (§ 11) e 201 (item VIII) do citado e-doc.

¹⁸ **Assistente** de Projetos (2 x EC-04); **Assistente** Técnico (1 x EC-06) e **Apoio** Auxiliar 1 (17 x EC-07); **Apoio** Auxiliar 3 (2 x EC-08); **Apoio** Auxiliar 3 (24 x EC-09).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Fl: 16
Proc: 11.937/16

rubrica

63. Portanto, resta demonstrado que os empregos em comissão (EC) objeto da Decisão Plenária não se enquadram como de livre provimento, vez que não relativos à Direção, Chefia ou Assessoramento, motivo pelo qual, também, não enquadram na situação em discussão na ação civil pública nº 2570-09.2010.5.10.0000 que, de acordo com o Acórdão informado pela Terracap, tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE PESSOAL em EMPREGO EM COMISSÃO (CHEFIA, ASSESSORAMENTO E DIREÇÃO)**, sem previsão de lei específica, motivo pelo qual, o resultado final da referida ação, seja qual for, não alcançará os ocupantes dos cargos em apreciação nestes autos.

64. Desta feita, os argumentos trazidos à colação pela Terracap afetos a referida ação civil pública não se prestam a justificar o não cumprimento pela estatal do que lhe fora determinado pelo Tribunal.

65. No tocante a proposta de acordo oferecida pela empresa aos empregados que ocupariam tais cargos, cujo objetivo visava “*convalidar a contratação dos 37 (trinta e sete) empregos oriundos dos Convênios 51/91 e 07/92, para passarem a integrar a Tabela de Empregos Permanentes da Terracap...*”, observa-se que seu conteúdo foi rechaçado pelo magistrado responsável pela homologação, vez que, entre outros argumentos, violava de forma direta o disposto no art. 37, II da C.F.

66. Portanto, as justificativas apresentadas para o não cumprimento da decisão do Tribunal não se mostram consentâneas com os fatos tratados nestes autos, motivo pelo qual tem-se por não cumprida a decisão em epígrafe. Ademais, não há notícias da existência de decisão em caráter liminar ou final obrigando a empresa a manter em seus quadros os ocupantes de tais “cargos”, o que poderia inviabilizar o pleno cumprimento da Decisão em tela.

67. Adicionalmente, faz-se necessário propor ao e. Plenário que delibere por estender o alcance da decisão em comentado aos dois “Cargos” de “Assistentes de Projetos – EC-04” e ao de “Assistente Técnico – EC-06” insertos no referido Anexo II, posto que padecem dos mesmos vícios de criação presentes nos “EC-07 a EC-09”, já contemplados na referida decisão plenária.

1.2.12 Alínea “I”: “*redistribua as atribuições de executor de contratos/convênios hoje concentradas no empregado de Matrícula 2531, bem como adote medidas administrativas para evitar a indicação de empregados para fiscalizar mais de 3 contratos/ajustes de forma simultânea, sob pena de enfraquecer os controles internos da Companhia (vide item 2.3.1.8 do Relatório de Auditoria)*”

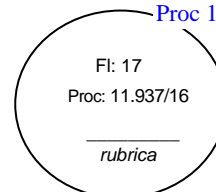
1.2.12.1 Providência

68. A Terracap informou (e-doc 68A9BDA5, pág. 14) que atualmente o empregado de matrícula 2531 figura como responsável por “*...até três contratos e/ou convênios, de conformidade com o regramento interno, aderente com as recomendações apresentadas pelo colendo Tribunal de Contas do Distrito Federal*”.

69. Sobre as medidas administrativas requeridas pela Corte de Contas, a Gerência de Pessoal (e-doc 68A9BDA5, pág.31) esclareceu que “*cabe a cada gestor, que procede nas indicações e acompanhamentos dos seus executores de contratos, na competência e responsabilidade de acompanhar diuturnamente a fiscalização e controles de seus designados, conforme preceituam as Normas Organizacionais nº 1.4.7 – A, 1.7.4 - A e nº 1.7.5 – A, que regulamentam a matéria em apreço*”.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



70. Observou, ainda, que a limitação de contratos/convênios a serem fiscalizados pelos empregados será inserida no normativo em elaboração que versa sobre licitações e contratos.

1.2.12.2 Análise

71. A se considerar a informação prestada pela empresa, a redistribuição determinada teria sido realizada. No que tange as medidas administrativas adotadas visando evitar a ocorrência de fatos como os apurados na Auditoria, a efetividade das providências poderá ser avaliada em futura auditoria.

1.2.13 Alínea “m”: *“observe a existência de correlação entre o objeto do contrato/convênio com as atribuições previstas para o cargo do empregado (vide item 2.3.1.8 do Relatório de Auditoria)”*

1.2.13.1 Providência

72. Segundo a Terracap (e-doc 68A9BDA5, pág 31), a empresa *“...está trabalhando na Norma de Licitações e Contratos adaptada à Lei 13.303/2016. Nela haverá orientação expressa quanto ao limite de contratos a serem fiscalizados por cada empregado.*

1.2.13.2 Análise

73. A providência antes transcrita visa, na verdade, dar cumprimento ao contido na alínea “l” da Decisão sob análise, não guardando correlação direta com o que fora determinado à estatal no item da Decisão ora em apreciação.

74. Desta feita, não há clara indicação de atendimento ao determinado pelo Tribunal.

1.2.14 Alínea “n”: *“instaure tomada de contas especial para apuração de responsabilidade e imputação de débito, em face das despesas resultantes de condenações judiciais em reclamações trabalhistas instauradas para avaliar desvio de função de empregados, objeto das seguintes Ações: 0784-68.2013.5.10.017, 06983-78.2013.5.10.016 e 0301-56.2013.5.10.011 (vide item 2.3.1.9 do Relatório de Auditoria)”*

1.2.14.1 Providência

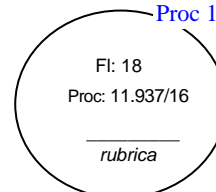
75. Segundo empresa (e-doc 68A9BDA5, pág 14/15), a Divisão de Corregedoria teria solicitado à *“ACJUR cópia das demandas judiciais [objeto da decisão em epígrafe] ...”* mas que *“Dada a complexidade da matéria e a necessidade de aprofundar a investigação dos fatos para identificação de autoria e materialidade foram instaurados os processos de investigação preliminar nº 111-00014654/2017-65 e 111-00014651/2017-21”.*

1.2.14.2 Análise

76. Inicialmente cabe registrar que ao instaurar os *“processos de investigação preliminar”*, a Terracap não deu efetivo cumprimento da Decisão em referência, vez que o mecanismo de apuração antes identificado, ainda que pareça ter os mesmos objetivos da TCE, não se confundem, a teor do previsto no art. 9º da LC 01/94.

77. Todavia, a despeito do antes colocado, tem-se por pertinente determinar a empresa que ao término das apurações observe as medidas indicadas Resolução nº 102/1998 do TCDF.

1.2.15 Alínea “o”: *“aloque os empregados da entidade segundo as atribuições, responsabilidades e requisitos previstos no Plano de Empregos, Carreiras e Salários - PECS, de forma a evitar a ocorrência de desvio de função (vide item 2.3.1.9 do Relatório de Auditoria)”*



1.2.15.1 Providência

78. Segundo a empresa (e-doc 68A9BDA5, págs. 15/16), *“A Terracap vem... melhorando seus controles sobre eminentes e possíveis desvios de função de seus empregados. Essa melhoria se deu com a aprovação de um novo Plano de Carreira e Salários em 2015 que alterou as atividades de diversos empregados para distanciar ainda mais possíveis desvios de função. Também foram feitas mudanças em diversos procedimentos a fim de mitigar possíveis e eminentes desvios de função e riscos de demanda judicial nesse intento”*.

79. Ressaltou, ainda, a expedição em 10/09/2016, da Instrução de Serviço nº 01/2016-DIGAP, por meio da qual foi determinado aos chefes e/ou gestores cientificar-se de que seus funcionários estejam desempenhando funções previstas na ficha de descrições sumária e analítica dos respectivos empregos, entre outras providências.

1.2.15.2 Análise

80. As providências antes indicadas já haviam sido trazidas ao conhecimento da Corte de Contas quando do envio dos esclarecimentos acerca do Relatório Prévio de Auditoria. Desta feita, a sua eficácia poderá ser objeto de avaliação em futuras auditorias.

1.2.16 Alínea “p”: *“apure a ocorrência de possível falta funcional praticada pelo empregado Matrícula 2645, resultante da percepção cumulativa do auxílio alimentação, e dos de Matrículas 2665, 2645, 2022, 1789, 2153 e 2371, relativamente à percepção cumulativa de auxílio-creche, inclusive levando em conta o recebimento pelo cônjuge do empregado, com benefícios similares concedidos por outros órgãos/entidades do Distrito Federal, em face dos termos de opção assinados, assegurando aos empregados o pleno exercício do direito ao contraditório e à ampla de defesa (vide itens 2.4.1.1 e 2.4.1.3 do Relatório de Auditoria)”*

1.2.16.1 Providência

81. Informou a empresa (e-doc 68A9BDA5, pág. 16) que, com base na Norma interna nº 1.7.2.C, que trata sobre a tipificação das condutas ilícitas e respectivas sanções disciplinares, em particular seu item 8.12, que *“fica isento de sanção disciplinar o empregado cuja conduta funcional, classificada como erro de procedimento, seja caracterizada pela: a. ausência de dolo ou culpa; ... e. reparação de eventual prejuízo material antes de se concluir a sindicância punitiva ou o processo administrativo disciplinar”*, motivo pelo qual o Chefe da Divisão de Corregedoria, entendeu pela não aplicação de punição aos envolvidos, considerando o fato de os valores recebidos indevidamente terem/estão sendo ressarcidos a quem de direito.

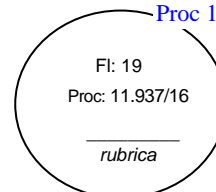
1.2.16.2 Análise

82. Como visto no trecho normativo antes transcrito, a condição ali imposta é, também, **a não ocorrência de dolo ou culpa**. No presente caso, pode-se afirmar que o dolo se caracterizaria pela prática da irregularidade de forma livre e consciente, ou seja, o empregado/servidor buscou auferir o duplo benefício e para tanto, fez falsa declaração de não acumulação, omitindo assim de cada um dos empregadores sua real situação.

83. Por sua vez, a culpa decorreria da falta de diligência do empregado/servidor ao assinar o ato de não acumulação sem se dar conta de que já recebia tal benefício de outro órgão/entidade pública ou, conforme o caso, sem consultar o cônjuge sobre a percepção, por ele, desse benefício, concorrendo assim no pagamento indevido, por uma das fontes de pagamento.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



84. Desta feita, ainda que não se possa, de plano, caracterizar a situação apurada pela Auditoria como prática dolosa, pode-se afirmar minimamente, no tocante aos empregados cujas matrículas estão a seguir identificadas, a existência de culpa por não terem sido, no mínimo, diligentes quando declararam¹⁹ a existência de não acumulação dos benefícios: 2645²⁰, 2371²¹, 2022²² e 1789²³.

85. Quanto aos empregados de matrícula 2371 e 2022 e 1789, entende-se que a caracterização da culpa requer o cotejamento das datas das declarações dos empregados e seus cônjuges/companheiro, visando apurar, efetivamente, quem teria à época, prestado a declaração de forma indevida (aquele que declarou por último).

86. Em relação ao empregado de matrícula 2665, registra-se, com base na documentação juntada pela Terracap e pela SEAGRI (e-doc 6ED8EDA), que este procedeu a devolução das parcelas recebidas indevidamente, anteriormente (março/2016) ao início dos trabalhos de auditoria, e, ao que parece, sem a provocação da área de controle, motivo pelo qual não se vê motivos para uma eventual punição.

87. Por sua vez, a situação do empregado de matrícula 2153, mostrou-se singular, na medida em que este, comprovadamente, encontrava-se separado judicialmente da mãe de seus filhos (servidora da SES/DF, matrícula 01358316), tendo a sentença determinado que, uma vez recebido por ele o auxílio-creche (ou similar) deveria a importância ser carregada aos alimentandos, mediante depósito na conta corrente da genitora. Ademais, o normativo da Terracap não regulava a situação de ex-cônjuge/companheiro(a). Já do lado da ex-cônjuge, o Decreto nº 16.409/1995²⁴ em seu art. 7º, parágrafo único, preconizava que o direito ao benefício, no caso de divórcio ou separação judicial, seria concedido ao servidor que mantivesse a guarda, que no caso, era ela.

88. De toda forma, não se pode olvidar que os normativos aplicáveis visam evitar o pagamento em duplicidade do benefício com recursos de origem pública. Desta feita, considerando que o valor do benefício pago pela Terracap a seu empregado a título de auxílio-creche era mais vantajoso financeiramente do que o pago pelo GDF, era de se esperar que a genitora tivesse aberto mão do benefício junto à SES/DF, para assim evitar a duplicidade. Observa-se que a referida servidora faleceu em 09/03/2017.

89. Quanto aos ressarcimentos apurou-se que:

- **Aramis Cardoso Beltrami (2665):** devolveu à SEAGRI a importância recebida indevidamente, anteriormente à identificação da irregularidade pelo TCDF;

¹⁹ Que é condição necessária à concessão do benefício em qualquer das fontes de pagamento públicas.

²⁰ Recebeu diretamente pelas duas fontes públicas.

²¹ Recebeu cumulativamente com a cônjuge.

²² Recebeu cumulativamente com o companheiro.

²³ Recebeu cumulativamente com a cônjuge.

²⁴ Art. 7º - O benefício de que trata este decreto não será concedido:

I - cumulativamente ao servidor que exerça mais de um cargo na Administração Pública;

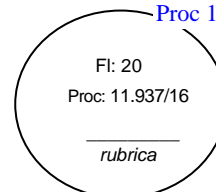
II - simultaneamente ao servidor e cônjuge, ou companheiro(a);

III - cumulativamente ao servidor que tenha o dependente assistido em creche ou pré-escola pública ou mantidos pelo poder público.

Parágrafo único – na hipótese de divórcio ou separação judicial, o benefício será concedido ao servidor que mantiver a criança sob sua guarda.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



- **Renato Victor Batista (2645):** A SES/DF informou (e-doc 8EA3F996 e C20725BF) que o servidor devolveu os valores recebidos indevidamente a título de auxílio-alimentação (R\$ 641,25) e auxílio-creche (R\$ 651,25, após descontada a cota-parte);
- **Noelma de Almeida Gomes (2022):** Os valores recebidos indevidamente estão sendo devolvidos aos cofres da Codeplan pelo Sr. Armando (Companheiro), após o deferimento, pela empresa, do parcelamento do débito em 36 meses. Identificou-se no SIGGO o recolhimento das 5 primeiras parcelas;
- **Paulo Ricardo Santos de Oliveira (1789):** A importância recebida indevidamente pela cônica (Sra. Edelvary – mat. 01475002) está sendo dela descontado, consoante consulta ao SIGRH.
- **Marcos de Souza Ferreira (2371):** a cônica, Sra. Marli – mat. 139945-4, reconheceu junto à SES/DF o débito de R\$ 6.080,00 referente a percepção indevida do auxílio-creche, já tendo sido descontadas em folha 9 parcelas do total de 13 relativas o ressarcimento.

1.2.17 Alínea “q”: *“inclua na rotina de trabalho da GEREH a exigência de declaração oficial acerca dos benefícios concedidos a empregados cedidos, requisitados ou que declarem outro vínculo público (vide itens 2.4.1.1 e 2.4.1.3 do Relatório de Auditoria)”*

1.2.17.1 Providência

90. Esclareceu a Terracap, (e-doc 68A9BDA5, pág. 16), que *“...procedeu a inclusão na exigibilidade da documentação junto aos empregados requisitados, cedidos ou que declarem outro vínculo no âmbito da administração pública, formulário acerca dos benefícios concedidos, a fim de evitar o duplo recebimento...”*.

1.2.17.2 Análise

91. A providência se alinha ao que foi determinado pela Corte de Contas.

1.2.18 Alínea “r”: *“apure a origem das diferenças apontadas no item 2.4.1.2, alusivas à aquisição de vales alimentação/refeição, bem como adote rotinas administrativas para conciliação e compensação tempestiva dos valores devidos ao fornecedor (vide item 2.4.1.2 do Relatório de Auditoria)”*

1.2.18.1 Providência

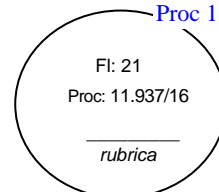
92. No que tange a apuração determinada, a Terracap, por meio da Gerência de RH, observou que (e-doc 68A9BDA5, pág. 34) *“...não é possível determinar, apenas matematicamente, a quantidade de Vales Alimentação e respectivos beneficiários. Seria necessário a análise individualizada dos empregados e os valores que cada um efetivamente recebeu, bem como a quais meses os mesmos se referem”*.

93. Adicionalmente, ressaltou que *“...o Sistema GRH não possui histórico, sendo que a cada nova emissão, mesmo referente aos meses anteriores, os relatórios trazem as informações que constam atualmente em sua base de dados, o que pode ter gerado distorções nos relatórios analisados”* (grifou-se).

94. Quanto as rotinas determinadas pelo Tribunal, a aludida Gerência informou que *“... a área responsável pela execução do contrato ... já foi informada para melhoria do controle e acompanhamento, bem como essa Gerência de Recursos Humanos ...*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



também estará a envidar esforços no sentido de melhorar a conferência do citado processo, no alcance da maximização de sua eficiência”.

1.2.18.2 Análise

95. Consoante se depreende dos esclarecimentos prestados, a determinação em análise teria sido parcialmente atendida, posto que a apuração requerida não teria sido realizada.

96. Tendo por base o valor unitário do benefício pago no último mês de apuração (dez/2015)²⁵, o valor da diferença identificada na Auditoria e cuja origem não foi apurada pela estatal (95 blocos) era da ordem de R\$ 117 mil. Desta feita, restaria determinar à jurisdicionada a adoção das providências previstas na Resolução nº 102/1998 desta Corte de Contas, que trata, entre outras, da Tomada de Contas Especial.

97. Quanto a revisão nos procedimentos, sua eficácia poderá ser objeto de avaliação em futura auditoria.

1.2.19 Alínea “s”: *“avalie a pertinência de adotar norma semelhante à prevista no § 2º, art. 155 da Lei Complementar nº 840/11 (vide item 2.5 do Relatório de Auditoria);*

1.2.19.1 Providência

98. A avaliação proposta pelo Tribunal foi encaminhada à DIRAF, para apreciação, conforme se observa nos esclarecimentos vistos na pág. 18 do e-doc 68A9BDA5).

1.2.19.2 Análise

99. Não há notícias sobre os resultados da providência antes referida, cuja análise poderá se dar em futura auditoria.

1.2.20 Alínea “t”: *“adote providências no sentido de regularizar as cessões dos empregados Matrículas 24538 e 8613, de forma a sanear os vícios apontados (vide item 2.5.1.1 do Relatório de Auditoria)”*

1.2.20.1 Providência

100. Segundo a Gerência de RH, a regularização requerida pela Corte de Contas já teria sido efetivada.

1.2.20.2 Análise

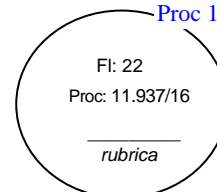
101. O resultado da providência antes referida poderá ser avaliado em futura auditoria.

1.2.21 Alínea “u”: *“faça constar dos processos de cessão de empregados as razões de fato e de direito que motivam a autorização de afastamento do empregado, bem como inclua no ato autorizativo a indicação expressa dos dispositivos legais e regulamentares que fundamentam a decisão (vide item 2.5.1.1 do Relatório de Auditoria)”*

1.2.21.1 Providência

102. Segundo a Gerência de RH (e-doc 68A9BDA5, pág. 18), o Núcleo de Desenvolvimento de Recursos Humanos, *“está debruçado na análise da matéria e perscrutando sobre o caso específico em comento, no propósito de proceder na provável alteração, adaptação e/ou melhoramento na Norma Organizacional nº 7.2.32-B, no*

²⁵ R\$ 1.239,04, correspondente a 22 vales.



objetivo de contemplar as recomendações ora apresentadas por aquela Corte de Contas...".

1.2.21.2 Análise

103. A exemplo do tópico anterior, os resultados das medidas porventura adotadas poderão ser avaliadas em futura auditoria.

2 Comitê de Governança das Empresas Públicas

2.1 Item IV – *“determinar ao Comitê de Governança das Empresas Públicas que, no prazo de 90 (noventa) dias, manifeste-se oficialmente quanto à dependência da Terracap em relação ao orçamento fiscal do Governo do Distrito Federal, em consonância com o art. 11, inciso II, alínea “e”, do Decreto nº 36.240/15”*

2.1.1 Providência

104. A SEPLAG por meio do Ofício nº 1620/2017 – SEPLAG/GAB, encaminhou cópia eletrônica do Processo 00410.00017292/2017-53 (e-doc 3E8256D7) onde o tema da Decisão em análise é tratado pela área técnica.

105. Da leitura do referido processo extrai-se (e-doc 3E8256D7, pág. 27) que o posicionamento externado pela Subsecretaria do Tesouro – Unidade da Secretaria de Estado da Fazenda – no sentido de que a Terracap **não se enquadraria na condição de dependente**, posto que *“... a Companhia ... está inserida apenas no Orçamento de dispêndios e Investimentos do Distrito Federal, conforme demonstrativo extraído do Sistema de Gestão Governamental (1862799). Desse modo, é considerada empresa não dependente de recursos do Tesouro Distrital”*.

106. A teor do expediente visto à pág. 30 do e-doc 3E8256D7, depreende-se que o posicionamento antes transcrito representa o posicionamento do Comitê de Governança das Empresas Públicas.

2.1.2 Análise

107. Como visto, a manifestação proferida pela Governança/DF não abordou os apontamentos e questionamentos insertos no Relatório Final de Auditoria, tendo se pautado exclusivamente, no fato de a Terracap não receber recursos originários do orçamento fiscal, condição essa que já havia sido ressaltada no aludido Relatório Final de Auditoria.

108. Registra-se, posto que relacionado ao Achado de Auditoria que deu origem à Determinação em epígrafe, que a regra inserta no § 5º, art. 19 da LODF, fruto da Emenda à Lei Orgânica nº 99, de 2017²⁶, não está sendo aplicada na totalidade das estatais Distritais, em face de Decisões Liminares/Sentença proferidas pela Justiça Trabalhista, contrárias a aplicação do teto aos empregados públicos²⁷ de estatais declaradas não dependentes.

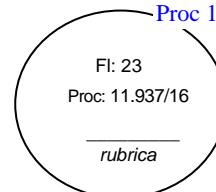
109. Em face da situação antes descrita, o GDF ajuizou junto ao STF Ação Declaratória de Constitucionalidade, com pedido de tutela cautelar de urgência, do art.

²⁶ § 5º Aplica-se o disposto no inciso X [teto remuneratório] a todas as empresas públicas e às sociedades de economia mista distritais, e suas subsidiárias.

²⁷ Autos com decisão contrária a aplicação do teto: 977-38.2017.5.10.0019 (BRB), 1117-75.2017.5.10.0018 (CAESB), 1115-11.2017.5.10.0020 (Terracap);



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



19, §5º da LODF, consoante noticia os autos do ADC/52-DF²⁸, sob relatoria do Ministro Celso de Melo.

110. No âmbito da Terracap aponta-se a existência de três ações trabalhistas com resultados distintos a saber.

111. Na primeira, objeto dos autos nº 0001095-11.2017.5.10.0020, originária de ação civil pública de autoria do Sindicato representativo dos empregados da Terracap em que se pleiteou a antecipação de tutela tendente a afastar a aplicação do teto remuneratório estipulado no art. 19 da LODF aos funcionários da estatal, a decisão inicial não afastou a aplicação do teto, consoante a seguir transcrito:

Com esses fundamentos, INDEFERE-SE o pedido de antecipação de tutela formulado pelo SINDICATO DOS SERVIDORES E EMPREGADOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, FUNDACIONAL, DAS AUTARQUIAS, EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA DO DISTRITO FEDERAL - SINDSER

112. Na segunda, tratada nos autos trabalhistas nº 1115-11.2017.5.10.0017, resultante de pleito da Associação dos Advogados da Terracap – ADTER – em ação em que a Terracap foi considerada revel²⁹ -, a sentença prolatada afastou dos associados da ADTER, os efeitos do referido teto remuneratório, *verbis*:

Diante do exposto nos autos em que contendem, ASSOCIACAO DOS ADVOGADOS DA TERRACAP - ADTER, reclamante, e COMPANHIA IMOBILIARIA DE BRASILIA TERRACAP, reclamado, RESOLVO:

a) REJEITAR a preliminar suscitada e, no mérito;

b) julgar PROCEDENTE O PEDIDO para reconhecer que não se aplica o teto remuneratório objeto da presente ação aos advogados empregados da ora demandada, substituídos processualmente pela associação demandante, tudo nos termos da fundamentação.

113. Na terceira, tratada nos autos trabalhistas nº 0001219-33.2017.5.10.0007, onde a Associação dos empregados da Terracap – ASTER, também pleiteou tutela antecipada de forma assemelhada ao verificado nas ações anteriormente mencionadas, a Decisão inicial não afastou o teto remuneratório, consoante a seguir transcrito:

Decerto, somente quando oportunizado às partes o contraditório e a ampla defesa, amparados em pertinente acervo probatório, é que se poderá examinar a situação apresentada. Não vislumbro, por ora, os requisitos autorizadores da antecipação de tutela. Desse modo, **indefiro** a medida.

114. A despeito do antes colocado e tendo por base as informações sobre a remuneração dos empregados da Terracap disponível em seu sítio – área transparência – identificou-se, em análise perfunctória, a existência de remunerações pagas, em fevereiro/2018, a empregados **não advogados** em valores superiores ao referido teto. Consoante informação prestada pela Gerência de Pessoal, os demais empregados da Terracap teriam sido beneficiados por um Mandato de Segurança expedido nos autos nº 0001219-33.2017.5.10.0007. Porém em pesquisa feita no TRT10, não foi possível confirmar o seu conteúdo.

115. Portanto, a despeito do posicionamento externado no item **2.6.1.1** do Relatório Final de Auditoria e em especial da proposição objeto do item IV a seguir

²⁸ Processo nº 0016059-81.2017.1.00.0000.

²⁹ O GDF, chamado aos autos, se fez representar por meio da PGDF.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Fl: 24
Proc: 11.937/16

rubrica

transcrito, mantém-se a Terracap na condição de empresa não dependente, a teor do que fora deliberado pela Corte de Contas no item II, alínea “a” da Decisão nº 3570/2012, o que vem permitindo a empresa com base em decisão judicial liminar não aplicar o referido teto.

IV. deliberar pela existência de dependência financeira da Terracap em relação ao GDF, à vista dos reflexos positivos advindos dos benefícios fiscais recebidos, bem ainda do não pagamento tempestivo de dividendos e juros sobre o capital próprio em seus resultados financeiros e econômicos, situação que caracteriza o recebimento de forma sub-reptícia – sem trânsito direto na LOA – de recursos do Controlador que estão sendo utilizados no custeio da empresa;

116. Nada obstante, deve o Tribunal pronunciar-se sobre a questão, conforme proposta acima reproduzida, constante, como dito, do Relatório Final de Auditoria.

117. Ante o acima proposto, pertinente se faz trazer à colação a manifestação do GDF nos autos da ADC nº 52/DF, acerca do “status” da Terracap, frente ao art. 173 da C.F. e no que tange a sua dependência econômica para com o GDF:

Tanto assim, que o art. 173, § 2º, da CF veda que típicas empresas públicas e sociedade de economia mista gozem de privilégios fiscais não extensíveis ao setor privado...

Não havendo livre concorrência como acontece com as empresas estatais que monopolizam seu objeto – Terracap, CAESB, CEB, CEASA – incabível o pagamento de salário para além do teto constitucional

No DF, a maioria das empresas estatais gozam de imunidades ou isenções de tributos, pode se favorecer do regime de precatório, monopoliza seu objeto, como ... gestão da política fundiária do DF, tendo a seu benefício privilégios não extensíveis ao setor privado (art. 172, § 2º, da CF). ...

(...)

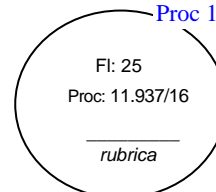
A TERRACAP, por sua vez, é empresa pública, de direito privado, com capital exclusivamente público, ..., qualificada à condição de **Agência de Desenvolvimento**, conforme previsto na Lei 4.586/2011.

Seu patrimônio é constituído de imóveis públicos transferidos pelo DF e União, isto é, apesar de não haver repasses econômicos periódicos, todo o patrimônio da companhia decorre do patrimônio estatal, ou seja, imóveis públicos.

O objeto social da Terracap é “gerir o patrimônio imobiliário do Distrito Federal, mediante utilização, aquisição, administração, disposição, incorporação, oneração ou alienação de bens, assim como realizar, direta ou indiretamente obras e serviços de infraestrutura e obras viárias no Distrito Federal. Tem a seu favor, além de isenção de impostos, a impenhorabilidade, impossibilidade de usucapião de seus bens e é responsável por atividades típicas de estado, como desapropriação.

Diante disso, parece-nos ser claro que **a empresa estatal que, apesar de formalmente de direito privado, se aproximar mais de entidade de direito público, deve ser tratada como tais, conforme esclarece trecho do voto proferido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios**, quando do julgamento da ADI 20110020190947 (0019094-79.2011.8.07.0000): “[a]ssim, em se tratando de empresa pública exploradora de atividade econômica, haverá maior incidência do regime jurídico das empresas privadas (art. 173, §1º), ao passo em que se a empresa pública for prestadora de serviços públicos (art. 175), o regime jurídico se aproximará mais daquele aplicável às pessoas jurídicas de direito público (CF/88, art. 173, §1º, e 175)”

Por todo o exposto, subsidiariamente, requer que se conceda interpretação conforme à Constituição Federal, no sentido de que o art. 19, §5º da LODF é constitucional, desde que interpretado de modo a alcançar empresas estatais dependentes e aquelas que, apesar de independente financeiramente, não estejam submetidas ao



regime de livre concorrência, por mobilizarem seu objeto, no âmbito do DF, como CEB, CAESB, TERRACAP E CEASA.

118. Ainda sobre o tema “teto remuneratório”, cabe observar, no tocante à remuneração paga aos dirigentes de estatais distritais eleitos por ato da assembleia de acionistas, que a fixação do aludido teto pode ser efetivada por simples ato dos acionistas, à vista do que dispõe o art. 152 da Lei das S.A.

119. De igual forma, poderá também, a Assembleia Geral fixar o teto remuneratório de seus empregados, ainda que nessa hipótese, não se possa de plano, reduzir os valores atualmente pagos, se não por força de Acordo Coletivo de Trabalho. Todavia, neste caso, restaria sedimentada as bases da política salarial de tais empresas.

3 Chefe do Poder Executivo

3.1 Item V – “alertar o Sr. Chefe do Poder Executivo quanto à necessidade da adoção das seguintes medidas afetas à Gestão de Pessoal:

a) normatizar, em caráter urgente, a participação dos empregados das estatais do Distrito Federal nos resultados e lucros dessas empresas, a teor do disposto no art. 5º da Lei Federal nº 10.101/00, c/c o art. 7º, inciso XI, da Constituição Federal (vide item 2.1.1.1 do Relatório de Auditoria);

b) tornar públicas as políticas/diretrizes afetas à gestão de pessoal, visando balizar os processos de negociação trabalhista no âmbito das estatais, com vistas a evitar a ocorrência de celebração de cláusulas contendo conteúdo atentatório aos princípios insculpidos nos arts. 37 da Constituição Federal e 19 da LODF, bem ainda tratamentos díspares na concessão de benefícios com natureza/características assemelhadas entre as entidades distritais, observando os aspectos econômicos e financeiros, o ambiente concorrencial, além das características próprias afetas a área de atuação de cada estatal (vide item 2.1.1.1 do Relatório de Auditoria);

c) apreciar, por meio do Comitê de Governança das Empresas Públicas, o mérito das propostas de Acordos Coletivos de Trabalho - ACT das empresas controladas pelo DF, nos termos preconizados no art. 11, incisos VI e VII, do Decreto nº 36.240/15 (vide item 2.1.1.1 do Relatório de Auditoria);

d) orientar o seu representante nas Assembleias de acionistas das estatais a consignarem em ata ou no estatuto social orientação no sentido de observar os termos do Decreto nº 33.564/12, em face do disposto no art. 19, § 8º da LODF (vide item 2.2.1.1 do Relatório de Auditoria)”

3.1.1 Providência

120. Segundo se depreende dos termos do Ofício SEI-GDF nº 117/2017 – GAG/CJ, a Decisão nº 3372/2017 teria sido encaminhada, de ordem do Chefe do Poder Executivo, aos órgãos/entidades ali identificados “*para as medidas pertinentes*”.

3.1.2 Análise

121. Não foi possível identificar nas informações carreadas aos autos ou mesmo em pesquisas realizadas no “SINJ” e na internet, evidências de que as providências indicadas nas alíneas “a”, “b” e “d”, tenham sido levadas a efeito pelo Chefe do Poder Executivo, até o presente momento.

122. No que tange ao contido na alínea “c”, constatou-se (e-doc 3E8256D7, pág. 35) a expedição da Circular SEI-GDF nº 2/2017 – SEF/GAB dirigida aos Presidentes das estatais do DF, por meio da qual o Senhor Secretário interno de Estado de Fazenda, objetivando “*dar efetividade às disposições presentes no Decreto nº 36.240/2015 ..., o Comitê de Governança das Empresas Públicas em especial no que se refere ao*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Fl: 26
Proc: 11.937/16

rubrica

estabelecimento de diretrizes relacionadas à participação acionária do Distrito Federal nas empresas estatais...”, solicita o encaminhamento até 30 de setembro de 2017, dos seguintes documentos alusivos às respectivas estatais e, conforme o caso, as demais empresas **“que compõem o conglomerado”**: Acordo coletivo de Trabalho - ACT em vigor; Proposta de ACT em fase de negociação e Plano de Cargos e Salários ou documento similar, em vigor.

123. Não consta da documentação acostada ao presente processo, o resultado das análises eventualmente realizadas pelo Comitê de Governança das Empresas Públicas, sobre a documentação a eles direcionadas em atenção ao referido Ofício Circular.

124. Cumpre salientar que a providência requerida pela Corte de Contas na alínea “c” em epígrafe deve, a teor do que dispõe o Decreto nº 36.240/2015 e alterações, ser prática rotineira do referido Comitê de Governança, motivo pelo qual a efetividade das medidas em curso e daquelas a serem adotadas no futuro poderão ser avaliadas quando das auditorias realizadas pela Corte de Contas nas entidades estatais.

125. No que tange às demais medidas preconizadas nas no item V da Decisão nº 3372/2017, tem-se por pertinente que a Corte de Contas requeira do Chefe do Poder Executivo, esclarecimentos quanto às providências já adotadas, ante a possibilidade de não se dar efetividade às medidas de controle destacadas pelo Tribunal.

4 SEPLAG, SES/DF, SEAGRI, CGDF, Codeplan e Terracap

4.1 Item VII – *“determinar à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e à Terracap que solicitem manifestação dos servidores de Matrículas 1276387 e 14421763 quanto à opção relativa à benefício percebido concomitantemente no período de julho/2011 a julho/2012 (Matrícula 2645) e maio/2015 a abril/2016 (Matrícula 2505), sem prejuízo das medidas legais e administrativas cabíveis para restituição do valor pago indevidamente e para responsabilização pela declaração contida no Termo de Opção por eles assinados na citada empresa estatal, observado o direito de defesa (vide item 2.4.1.1 do Relatório de Auditoria)”*

Item VIII – *“determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, à Controladoria-Geral do Distrito Federal, à Codeplan e à Terracap, conforme o caso, que adotem providências tendentes ao ressarcimento de valores pagos em duplicidade a título de auxílio-creche aos servidores identificados na Tabela 9 e na Tabela 10 do Relatório de Auditoria, sem prejuízo das medidas legais e administrativas cabíveis, observado o direito de defesa (vide item 2.4.1.3 do Relatório de Auditoria)”*

4.1.1 Providência

126. Consoante documentação juntada aos autos apurou-se que:

- **Marcelo Souza Maia (2505) / (126387 – SEPLAG):** devolveu à SEPLAG a importância de R\$ 3.941,09 em três parcelas. Segundo informação prestada pelo Gerente de Registros Financeiro de Ativos (e-doc 68A9BDA5, pág. 52), o servidor requereu tempestivamente a suspensão do benefício, porém, por falha da administração, a solicitação foi arquivada sem o devido processamento;
- **Renato Victor Batista (2645) / 14421763 – SES/DF):** A SES/DF informou (e-doc 8EA3F996 e C20725BF) que o servidor devolveu os



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Fl: 27
Proc: 11.937/16

rubrica

valores recebidos indevidamente a título de auxílio-alimentação (R\$ 641,25) e auxílio-creche (R\$ 651,25, após descontada a cota-parte);

- **Paulo Ricardo Santos de Oliveira (1789) / Edelvany Raquel dos Santos (01475002-SES/DF):** A importância recebida indevidamente está sendo devolvida pela cônjuge mediante desconto em folha já em andamento, consoante consulta ao SGRH (e-doc 68A9BDA5, pág. 93);
- **Márcio Lima Paraizo (2153) / Mirlene Monteiro (01358316- SES/DF):** Não houve reposição ao erário. Vide §§ 87/88 desta Informação.
- **Marcos de Souza Ferreira (2371) / Marli Moreira da Silva Ferreira (01399454 – SES/DF):** a cônjuge reconheceu junto à SES/DF o débito de R\$ 6.080,00 referente a percepção indevida do auxílio-creche. Consoante consulta ao SGRH, já foram descontadas 9 das 13 parcelas autorizadas (e-doc 68A9BDA5, pág. 66);
- **Israel Marcos da Costa Brandão (2429) / Raquel Barbosa R. L. Brandão (0140766X – SES/DF):** A Cônjuge devolveu à SES/DF as parcelas indevidamente recebidas, no total de R\$ 2.052,00, já descontada a cota parte (e-doc 68A9BDA5, pág. 45/46).
- **Aramis Cardoso Beltrami (2665):** devolveu – à SEAGRI, a importância de R\$ 285,00 – deduzida a cota parte. A devolução se deu anteriormente à identificação da irregularidade pelo TCDF (e-doc 68A9BDA5, pág. 42);
- **Marcos Tadeu de Andrade (2628) / 01917382 – CGDF):** em relação ao servidor da CGDF então cedido à Terracap, restou demonstrado que o valor por ele percebido em fevereiro de 2015 correspondeu, na verdade, aos dias trabalhados no órgão de origem (proporcional) a teor do que lhe fora descontado na mesma ocasião na rubrica 60550 e cujo valor não foi, equivocadamente, considerado no levantamento realizado pela Equipe de Auditoria. Desta feita, no tocante ao referido servidor não há que se falar em irregularidade (e-doc 68A9BDA5, pág. 73/80 e e-doc 2EC38C9D);
- **Noelma de Almeida Gomes (2022) / Armando Assumpção L. da Silva (35211 – Codeplan):** Os valores recebidos indevidamente estão sendo devolvidos aos cofres da Codeplan pelo Companheiro, após o deferimento, pela empresa, do parcelamento do débito em 36 meses. Identificou-se no SIGGO o recolhimento das 5 primeiras parcelas (e-doc 3ADF7C6F, pág. 3/4);

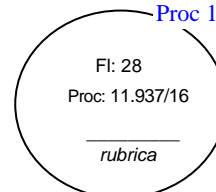
127. Não houve indicação de providências acerca de eventual responsabilização funcional, ressalvado de parte da Terracap, o teor do tratado no item **1.2.16** desta Informação.

4.1.2 Análise

128. No que se refere aos valores recebidos indevidamente e objeto dos ressarcimentos antes apontados, cabe ressaltar, apenas, o fato de não terem sido devidamente atualizados monetariamente.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



129. Quanto as responsabilizações funcionais, reitera-se as colocações proferidas no item 1.2.16.2 desta Informação.

5 SEETL e SES/DF

5.1 Item IX – *“determinar à Secretaria de Estado de Esporte, Turismo e Lazer [SEETL] e à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal [SES/DF] que adotem, se ainda não o fizeram, providências tendentes à quitação dos valores pendentes de pagamento referentes à cessão, pela Terracap, dos empregados de Matrícula 21296 e 28683 (vide item 2.5 do Relatório de Auditoria)”*

5.1.1 Providência

130. A SEETL, por meio do Ofício nº 676/2017-GAB/SETUL, datado de 1 de dezembro último (e-doc 4F277491, pág. 1), informou que até aquela ocasião não havia procedido a regularização demandada pela Corte de Contas em face da *“insuficiência de recursos, mas que será diligenciado providências de suplementação a fim de dar cumprimento ao decidido...”*.

131. No que tange à SES/DF, a Pasta informou (e-doc EC9B7323, pág. 1) ter quitado os valores referentes aos meses de janeiro/2017 a setembro/2017, restando pendentes de pagamento os ressarcimentos de salários e encargos alusivos aos meses de outubro a dezembro/2017.

5.1.2 Análise

132. Como observado, apenas a SES/DF providenciou a regularização dos valores identificados em atraso por ocasião da auditoria, ainda que se observe a ocorrência de intempestividade por parte da Pasta nos ressarcimentos à Terracap.

133. A situação da SEETL, por outro lado, denota a realização de despesas sem empenho, caracterizando não só inobservância à Lei 4.320/1964, art. 60 (e porque não dizer aos art. 58 c/c 59, considerando que autorização para que o empregado permanecesse no órgão, corresponderia ao próprio empenho, posto que criou a obrigação), bem como ineficácia dos controles internos.

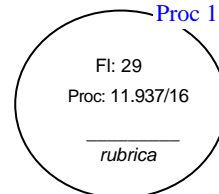
134. Considerando que o empregado já retornou à Terracap, deixa-se de propor medidas adicionais.

6 Todos os Jurisdicionados

6.1 Item X – *“determinar a todos os órgãos e entidades do Governo do Distrito Federal que publiquem de forma individualizada, juntamente com as informações alusivas à remuneração de seus servidores/empregados, os benefícios por eles recebidos (vide itens 2.4.1.1 e 2.4.1.3 do Relatório de Auditoria)”*

6.1.1 Providências

135. O Controlador-Geral do DF informou, a teor do Ofício SEI-GDF nº 109/2017 –CGDF/GAB (e-doc 316E7538), que *“assim que os dados forem enviados a esta Controladoria-Geral [no caso pela SEPLAG], adotaremos as providências necessárias para a publicação detalhada dos benefícios e demais verbas recebidas pelos servidores públicos do Poder Executivo Distrital, no Portal da Transparência, para o pleno atendimento da Decisão nº 3372/2017 e o incremento da transparência pública no Distrito Federal”*.



136. Ainda no referido expediente, o Controlador-Geral observou que as Estatais Terracap, CEB, BRB e CAESB, por possuírem sistemas de pessoal próprios, devem publicar seus dados em seus próprios sítios, conforme previsão na Portaria Conjunta nº 02.

6.1.2 Análise

137. Em pesquisa realizada no Portal da Transparência do Governo do Distrito Federal, bem ainda, nos sites das estatais Terracap, Caesb, CEB, BRB e nos da CLDF e do TCDF, constatou-se que até a presente data a medida determinada **não foi atendida por nenhum dos jurisdicionados**.

138. Em face da constatação antes mencionada, resta reiterar a deliberação em tela, alertando-os quanto a possibilidade de aplicação da penalidade prevista no art. 57, IV da LC nº 1/1994.

7 Conclusão

139. Como foi possível apurar na documentação juntada aos autos, nem todas as determinações emanadas pelo Tribunal foram efetivamente cumpridas pelos seus destinatários.

140. Relativamente à Terracap, jurisdicionada objeto da auditoria tratada nestes autos, restaram pendente de cumprimento, total ou parcialmente, as determinações a seguir elencadas:

- Item III, alíneas: “a”; “e”; “f”; “i”; “k”; “p”; “r”.

141. De notar que as determinações antes referidas figuram dentre as de maior relevância no âmbito da Auditoria.

142. Ainda em relação à estatal, salienta-se que a efetividade das medidas corretivas ou de aperfeiçoamento de controles internos informadas como em implantação ou em fase de estudos pela Terracap só poderão ter sua adequação e efetividade avaliadas em futuras auditorias. Em situação assemelhada incluem-se as medidas informadas pela empresa como efetivadas, porém sem a juntada aos autos da documentação probatória³⁰. Nestes casos enquadram-se as seguintes deliberações:

- Item III, alíneas: “b”; “d”; “h*”; “j”; “l*”; “m”; “n”; “o”; “q”; “s”; “t”; “u”.

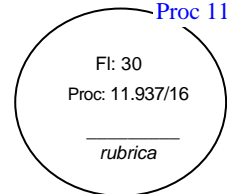
143. No que se refere à determinação direcionada ao Comitê de Governança das Empresas Públicas, pode-se afirmar que do ponto de vista formal, a mesma foi cumprida. Todavia, há que se reconhecer que o objetivo pretendido pelo Ministério Público de Contas no Parecer 417/2017-ML (e-doc 4B86D9BE) e acolhido pelo Relator, ao sugerir a oitiva do referido Comitê não foi, a nosso sentir, alcançado, dada a singeleza da apreciação proferida pelo aludido Comitê. Abaixo o trecho extraído do referido Parecer do MPC, *verbis*:

12. Ademais, este MPC/DF, em que pese reconhecer o profícuo exame realizado pela Divisão de Fiscalização de Pessoal acerca da relação de dependência da TERRACAP em relação ao ente controlador, entende imperiosa a submissão da quaestio do Comitê de

³⁰ Identificadas por “*”.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



Governança das Empresas Públicas, em consonância com a Competência carreada no art. 11, II, e, do Decreto nº 36.240/2015.

13. Ora, a par do escopo definido para o feito em exame, aos olhos do MPC/DF, o pronunciamento do Colegiado é imperioso para que este e. TCDF debruce seu exame no tocante ao enquadramento da jurisdicionada no conceito definido no art. 2º, III, da LRF, o que possui o condão de evocar a incidência do teto remuneratório constitucional estabelecido no art. 37, § 9º, da Constituição Federal.

14. O exame ora sugerido, no sentir do Parquet especializado, é indispensável para aferição de eventual modificação no contexto fático atinente à percepção de recursos do Erário Distrital para suportar despesas de custeio da TERRACAP e, por conseguinte, para alteração do entendimento propalado no item II, a, da r. Decisão nº 3.570/2012.

144. Mostrou-se ainda sem respostas o alerta direcionada ao Chefe do Poder Executivo, na medida em que não se constatou a implementação das medidas pugnadas no item V, alíneas “a”, “b” e “d” da Decisão nº 3372/2017.

145. Também restou inobservada a determinação contida no item X da decisão antes referida e **direcionada a todos os Jurisdicionados do Tribunal**, vez que as informações requeridas, ainda, não se encontram disponíveis nos respectivos sítios de transparência.

146. No que se refere a aplicação do teto remuneratório, conclui-se que até o presente momento, a mudança feita na LODF não surtiu os efeitos desejados, pelo que faz-se pertinente que a Corte de Contas retome a discussão proposta no Relatório Final de Auditoria, sobre a existência ou não de dependência da Terracap em relação ao GDF.

147. No mesmo sentido, caberia alertar o Chefe do Poder Executivo, acerca da possibilidade de limitar à remuneração paga aos dirigentes de estatais distritais eleitos por ato da assembleia de acionistas, por meio da prerrogativa prevista no art. 152 da Lei das S.A.

148. De igual forma, poderá também, a Assembleia Geral fixar o teto remuneratório de seus empregados como forma de sedimentar as bases da política salarial das empresas.

149. Por fim, observa-se que na atual fase processual, as ações de fiscalização e controle levadas a efeito pelo Tribunal nestes autos, ainda, não apresentaram resultados que permitam concluir pela sua efetividade.

150. Pelo exposto, sugere-se ao e. Plenário:

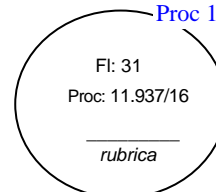
I. tomar conhecimento das peças juntadas aos autos, em particular as mencionadas no § 5 desta Informação, bem como da presente Informação;

II. considerar cumpridas as determinações constantes da Decisão nº 3372/2017, itens III, alíneas “c” e “d”; IV; VII; VIII; IX – em relação à SES/DF; parcialmente cumpridas as constantes do item III, alínea “a” e não cumpridas as constantes dos itens III, alíneas “e”, “f”, “i”, “k”, “p”, “r”; IX, em relação à SETUL; e X.

III. alertar à Terracap que a adequação e a efetividade das medidas adotadas pela empresa em cumprimento item III, alíneas “b”, “d”, “h”, “j”, “l”, “m”, “n”, “o”, “q”; “s”; “t” e “u”, da Decisão nº 3372/2017, serão avaliadas em futura auditoria;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



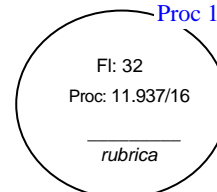
IV. alerte à SETUL quanto ao necessário cumprimento do determinado no item IX da Decisão nº 3372/2017, devendo as providências serem avaliadas em futura auditoria.

V. deliberar:

- a. pela existência de dependência financeira da Terracap em relação ao GDF, à vista dos reflexos positivos advindos dos benefícios fiscais recebidos, bem ainda do não pagamento tempestivo de dividendos e juros sobre o capital próprio em seus resultados financeiros e econômicos, situação que caracteriza o recebimento de forma sub-reptícia – sem trânsito direto na LOA – de recursos do Controlador que estão sendo utilizados no custeio da empresa, a teor do relatado no item 2.6.1.1 do Relatório Final de Auditoria (e-doc 43D7B4A1);
- b. em vista do item anterior, determinar à Terracap que observe as disposições contidas no art. 37, XI c/c § 9º da CF, em relação a seus empregados e dirigentes enquanto persistir a situação apontada nestes autos;
- c. que o decidido no item 1 da ordem do dia da 187ª Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas da Terracap (*“Redução de 80% para 60% na opção de remuneração do valor do honorário de Diretor Requisitado e Emprego em Comissão...”*):
 - i. não se presta a convalidar os valores pagos pela Terracap ilegalmente, com base na Decisão CONAD nº 24/2011, a seus diretores requisitados e optantes, ante a ausência de explicitação de que a referida Assembleia teria convalidado tais dispêndios;
 - ii. apresenta, à vista do que consta do item III, alínea “e” da Decisão 3372/2017 e do decidido na alínea anterior, vício insanável – desvio de finalidade – vez que os efeitos financeiros produzidos culminaram, à luz do direito, na majoração do valor da citada opção de 20% para 60%, contrariando assim o que fora declinado como motivação do ato, qual seja, “... a economia de recursos gerada com a medida, que vai ao encontro da necessidade premente de redução de custos da empresa, especialmente no que tange às despesas de pessoal”;
- d. pela nulidade da Decisão nº 1294 da Diretoria Colegiada, ratificada pela Decisão nº 50 do Conselho de Administração, no que tange à criação dos cargos comissionados em atenção à Lei nº 2.583/2000 – listados no Anexo II do Memorando nº 0028/2017 – CPLAN –, bem como, da Resolução nº 18/2017 CONAD no que se refere a manutenção por ocasião da reestruturação administrativa da Terracap, dos referidos cargos, tendo em vista que os mesmos não atendem aos requisitos constitucionais preconizados no art. 37 inciso II c/c inciso V *in fine*, tal como já afirmado pelo STF ao julgar a inconstitucionalidade da referida Lei, nos autos do RE 376.440, e, por conseguinte, não se enquadram na situação em discussão na ação civil pública nº 2570-09.2010.5.10.0000, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE PESSOAL em EMPREGO



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



EM COMISSÃO (CHEFIA, ASSESSORAMENTO E DIREÇÃO) sem previsão de lei específica, pelo que, o resultado final da referida ação não alcançará os ocupantes dos cargos objeto da presente deliberação.

VI. determinar à Terracap que:

- a. adote, no prazo de até 30 dias, as medidas indicadas na Decisão nº 3372/2017, item III a seguir identificadas:
 - i. alíneas “e” e “f”, à vista, inclusive, do deliberado no item V, “c”, desta Decisão;
 - ii. alínea “k”, estendendo as providências ali preconizadas a todos os cargos listados no anexo II do Memorando nº 0028/2017 – CPLAN, à vista dos fundamentos ali declinados, bem ainda, do que foi decidido na alínea “d” do item V desta Decisão;
 - iii. alínea “i” – relativamente as situações indicadas nas alíneas “a” a “c” e “e” a “g”, do item 4.2.1 da Norma 7.2.27-B; e alínea “p” – no que se refere a apuração de falta funcional;
- b. abstenha-se de promover acordo judicial tendente a incorporação ao quadro efetivo de pessoal, de empregados que não atendam aos requisitos previstos no art. 37, II, da Constituição Federal;
- c. que observe o disposto na Resolução 102/1998 desta Corte de Contas, em relação ao determinado no III, alíneas “n” e “r”, da Decisão 3372/2017.

VII. dar conhecimento ao Chefe do Poder Executivo:

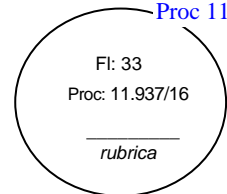
- a. acerca do deliberado no item V desta Decisão, dada a condição de acionista majoritário da Terracap, bem como do fato de a Corte de Contas não ter identificado evidências de que as providências mencionadas nas alíneas “a”, “b” e “d”, item V, da Decisão 3372/2017 estejam sendo levadas a efeito;
- b. da possibilidade de o GDF, sem prejuízo do que vier a ser decidido no âmbito da ADC nº 52/DF fixar, por meio de ato da assembleia de acionistas, o teto remuneratório nos moldes preconizados no art. 19, § 5º da LODF:
 - i. para os dirigentes eleitos por assembleia de acionistas com base na prerrogativa prevista no art. 152 da Lei nº 6.404/1976;
 - ii. para os empregados, como forma de balizar a política salarial futura das estatais, ainda que em relação esses tal providência não ensejará, de plano, a redução dos valores eventualmente pagos em montantes superiores ao referido teto, senão em razão de acordo coletivo de trabalho.

VIII. reitere à SEPLAG, CGDF; CLDF; TCDF; Terracap, BRB; CEB; Caesb, o contido no item X da Decisão 3372/2017, assinando prazo de 90 dias para cumprimento;

IX. autorize:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



- a. a avaliação do cumprimento do item III, alíneas “a” e “g” da Decisão nº 3372/2017, após a apreciação do mérito, respectivamente, das razões de justificativa referidas no item VI, “a”, da citada Decisão (proc. 6983/2018) e do recurso objeto do processo nº 5510/2018;
- b. a remessa de cópia da instrução e do relatório/voto à Terracap, bem como aos jurisdicionados indicados no item VIII, desta Decisão, para melhor compreensão da matéria.

À Superior Consideração.

Julio Cesar Freitas de Sousa
Auditor de Controle Externo
Mat. 280-1